



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO

# **PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

**RELATÓRIO DE APURAMENTO E PONDERAÇÃO DOS  
RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA**

Dezembro de 2006

## FICHA TÉCNICA

*Título:*

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.  
Relatório de Apuramento e Ponderação dos Resultados da Discussão Pública

*Entidade responsável pela elaboração:*

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - DGOTDU

*Elaborado em:*

Dezembro de 2006

Edição mimeografada para instrução do processo do PNPOT a submeter à aprovação do Governo, Dezembro de 2006

*Nº de exemplares: 5*

O conteúdo deste documento é da responsabilidade da DGOTDU.

Quaisquer pedidos de esclarecimento, observações ou sugestões, devem ser dirigidas a DGOTDU, a/c GRPI, Campo Grande, 50, 1749-014 LISBOA, Tel. 21.782.50.00, Fax 21.782.50.03, [dirgeral@dgotdu.pt](mailto:dirgeral@dgotdu.pt)

## INDICE

	Pág.
Nota Prévía	1
<b>1. Enquadramento</b>	
1.1. Introdução	2
1.2. Cronologia do processo	2
1.3. Documentos publicitados e locais de consulta	4
1.4. Publicitação da discussão pública	6
1.5. <i>Site</i> <a href="http://www.territoriportugal.pt">www.territoriportugal.pt</a>	7
1.6. Realização de sessões públicas	11
1.7. Pareceres das Universidades	12
<b>2. Análise geral da participação</b>	
2.1. Modo e formato de participação	13
2.2. Perfil dos participantes	15
2.3. Apreciação valorativa nas fichas de participação	16
2.4. Matriz de Incidências	16
<b>3. Análise dos conteúdos da participação</b>	
3.1. Universo e diversidade das questões suscitadas	29
3.2. Metodologia de análise e ponderação	29
3.3. Análise das sessões públicas	30
3.3.1. CCDRN - Porto	31
3.3.2. CCDRC - Coimbra	32
3.3.3. CCDRLVT - Lisboa	32
3.3.4. CCDR Alentejo - Évora	33
3.3.5. CCDR Algarve - Faro	34
3.4. Análise dos Pareceres das Universidades	34
3.4.1. Universidade do Algarve	35
3.4.2. Universidade de Aveiro	35
3.4.3. Universidade de Évora	38
3.4.4. Universidade do Minho	39
3.4.5. Universidade do Porto	40
3.4.6. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	41
3.5. Análise do Parecer do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	42
3.6. Matriz de Ponderação e Encaminhamento	44

**4. Síntese e conclusões**

4.1. Matriz de Ponderação Final	53
4.2. Matriz de Acolhimento	58
4.3. Balanço global do processo e considerações finais	62

**Anexos**

Anexo I - Modelo da Ficha de Participação

Anexo II - Programas das sessões públicas

Anexo III - Estrutura e Índices do Relatório e Programa de Acção  
(Proposta de PNPOT - Versão Discussão Pública)

## Nota Prévia

O presente Relatório dá cumprimento ao preceito legal que regula a ponderação e a divulgação dos resultados da discussão pública do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

A elaboração de um documento desta natureza é uma tarefa exigente, complexa e de especial responsabilidade.

A extensão, a diversidade, a natureza e a qualidade das observações e sugestões recebidas durante o período de discussão pública exigiram um tratamento diferenciado e a adopção de metodologias e critérios de apuramento e ponderação especificamente orientados, de modo a aproveitar plenamente os resultados da discussão pública em benefício da remodelação final da proposta técnica do PNPOT a aprovar pelo Governo para envio à Assembleia de República.

Do mesmo modo que a preparação da discussão pública foi orientada pelo objectivo de assegurar a participação mais alargada e substantiva de todos os interessados, de modo a recolher opiniões diversificadas do maior número de entidades e dos cidadãos em geral, também o apuramento e ponderação dos resultados foram orientados por um objectivo de ampla consideração dos contributos recebidos e por critérios adequados de aferição da relevância das observações e sugestões recolhidas.

O presente Relatório deve ser lido de modo articulado com a proposta técnica do PNPOT, remodelada de acordo com os resultados da discussão pública e apresentada à aprovação do Governo.

O Relatório é composto por quatro partes. A primeira fornece o enquadramento geral do processo de elaboração da proposta técnica do PNPOT e da sua discussão pública. A segunda contém uma análise geral da participação, sintetizando os resultados numa matriz de incidências das observações e sugestões recebidas. A terceira parte aprofunda a análise dos conteúdos da participação. Na quarta e última parte são apresentadas duas matrizes: uma matriz de ponderação final e uma matriz de acolhimento das questões suscitadas. Esta última parte termina com um balanço global do processo de discussão pública.

### **Vitor Campos**

*Director Geral do Ordenamento do Território  
e Desenvolvimento Urbano*

## 1. Enquadramento

### 1.1. Introdução

O presente Relatório de Apuramento e Ponderação dos Resultados da Discussão Pública do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) dá cumprimento ao disposto no n.º 5 do art. 33º do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro.

A responsabilidade pela condução da discussão pública e pelo subsequente apuramento e ponderação dos respectivos resultados foi cometida à Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) por Despacho do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (SEOTC), de 8 de Maio de 2006.

### 1.2. Cronologia do processo

Nos termos do disposto na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo - LBOTU (Lei nº 48/98 de 11 de Agosto), o PNPOT é o instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica, cujas directrizes e orientações fundamentais traduzem um modelo de organização espacial que terá em conta o sistema urbano, as redes, as infra-estruturas e os equipamentos de interesse nacional, bem como as áreas de interesse nacional em termos agrícolas, ambientais e patrimoniais.

A figura do PNPOT foi criada no âmbito do sistema de gestão territorial pela referida Lei nº 48/98, de 11 de Agosto, e posteriormente regulamentada pelo Decreto-lei nº 380/99, de 22 de Setembro.

A elaboração do PNPOT foi determinada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 76/2002, de 11 de Abril, que cometeu à DGOTDU a responsabilidade de promover e conduzir essa elaboração. Nos termos da mesma Resolução, a elaboração técnica do PNPOT deveria ser acompanhada por um Sistema de Pontos Focais e por uma Comissão Consultiva.

Em 18 de Fevereiro de 2003, através do Despacho nº 3335/2003 (MCOTA), foi criada a equipa de projecto, designada Gabinete PNPOT, a funcionar no âmbito da DGOTDU, coordenada pelo Prof. Jorge Gaspar e constituída por especialistas de várias Universidades contratados para o efeito.

O Sistema de Pontos Focais integrou as direcções regionais de ambiente e ordenamento do território e as comissões de coordenação regional no Continente<sup>1</sup>, as

---

<sup>1</sup> Através do DL n.º 104/2003, de 23 de Maio, as DRAOT e as CCR foram extintas, dando lugar às CCDR.

direcções regionais responsáveis pelo ordenamento do território das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, bem como as entidades da Administração Central do Estado com responsabilidades sectoriais relevantes nos domínios da indústria e energia, turismo, comércio, agricultura, desenvolvimento rural, florestas, pescas, administração portuária, transportes e comunicações, habitação, recursos geológicos, conservação da natureza, património arquitectónico e arqueológico, educação, saúde, desporto, segurança, protecção civil e defesa nacional.

A Comissão Consultiva foi constituída por um representante de cada uma das seguintes entidades:

- a) Associação Nacional dos Municípios Portugueses;
- b) Associação Nacional de Freguesias;
- c) Confederação da Indústria Portuguesa;
- d) Confederação do Comércio e Serviços de Portugal;
- e) Associação Empresarial de Portugal;
- f) Confederação dos Agricultores de Portugal;
- g) Confederação Nacional de Agricultura;
- h) Confederação do Turismo Português;
- i) Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses;
- j) União Geral dos Trabalhadores;
- k) Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas;
- l) Ordem dos Arquitectos;
- m) Ordem dos Engenheiros;
- n) Associação dos Urbanistas Portugueses;
- o) Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas;
- p) Associação Portuguesa de Geógrafos;
- q) Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente.

Através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 162/2004, de 11 de Novembro, o Sistema de Pontos Focais passou a integrar a Comissão Consultiva. As entidades que originariamente integravam a Comissão Consultiva passaram a constituir a denominada Secção da Sociedade Civil.

O processo de preparação da proposta técnica de PNPOT, que antecedeu a sua Discussão Pública, decorreu, tal como previsto nos artigos 30º a 32º do Decreto Lei n.º 380/99, em duas fases: a primeira de elaboração da Proposta pelo Gabinete PNPOT com o acompanhamento da Comissão Consultiva e a segunda dedicada ao procedimento de Concertação.

A fase de preparação da proposta técnica iniciou-se em Fevereiro de 2003, através da criação da equipa de projecto (Gabinete PNPOT), e terminou em 28 de Abril de 2005, com a emissão do Parecer final da Comissão Consultiva. Durante este período fundamental de preparação do PNPOT, o Gabinete do PNPOT apresentou 5 Relatórios Técnicos, o primeiro em Setembro de 2003 e o último em Julho de 2004, e 2 versões

de Proposta Técnica de PNPOT (Relatório e Programa de Acção), respectivamente em Novembro de 2004 e em Fevereiro de 2005.

A Comissão Consultiva emitiu em 28 de Abril de 2005 o parecer sobre a proposta técnica do PNPOT, tendo-se seguido a fase de concertação de acordo com o estipulado no art. 32.º do Decreto-Lei n.º 380/99.

Esta fase, iniciou-se em 20 de Maio de 2005 com o envio da proposta aos membros da Comissão Consultiva que dela tinham discordado formalmente, acompanhada do Parecer da CC e de um Guião para Concertação. Esta desenvolveu-se através de múltiplos contactos e reuniões, tendo em vista ultrapassar as objecções formuladas e melhorar a proposta de PNPOT, que foram promovidos quer pela DGOTDU e o Gabinete do PNPOT, quer pelo Governo, neste caso através de consultas aos organismos da Administração Pública coordenadas pelo Gabinete SEOTC em articulação com os demais gabinetes governamentais.

Como resultado dessas diligências a proposta técnica de PNPOT foi objecto de significativas alterações, tendo o Gabinete do PNPOT entregue a versão final da mesma em Outubro de 2005, acto esse que assinalou quer o término e o cumprimento da missão para que esse Gabinete foi criado, quer o encerramento da fase de concertação.

Posteriormente, o Governo adequou ainda alguns aspectos da estrutura e do conteúdo da proposta técnica para garantir a coerência com as orientações políticas de ordem estratégica que prossegue, como havia anunciado prévia e formalmente em sede de concertação.

A Proposta Técnica de PNPOT foi aprovada pelo Governo para efeitos da discussão pública, conforme disposto no art. 33º do Decreto-Lei n.º 380/99, em 16 de Março de 2006 (RCM nº 41/2006, de 27 de Abril).

A responsabilidade de condução do processo de discussão pública, bem como do subsequente apuramento e ponderação dos respectivos resultados, foi cometida à DGOTDU (Despacho SEOTC nº 11 522/2006 - 2ª série, de 8 de Maio de 2006).

A discussão pública decorreu entre 17 de Maio e 31 de Outubro de 2006. Inicialmente, foi previsto um período entre 17 de Maio e 9 de Agosto de 2006 (Aviso nº 5104/2006, 2ª série de 27 de Abril). No entanto, através do Despacho SEOTC de 8 de Agosto, o período de discussão pública foi prorrogado até 31 de Outubro, tendo por base, entre outros factores, a necessidade de alargar o âmbito da participação.

### **1.3. Documentos publicitados e locais de consulta**

A partir do dia 17 de Maio de 2006, a proposta técnica do PNPOT para discussão pública passou a estar disponível para consulta de todos os interessados nos locais e da forma a seguir relatados.

A proposta técnica do PNPOT, constituída pelo Relatório e Programa de Acção, e um Sumário especialmente preparado pela DGOTDU para apoio à discussão pública, bem como o parecer da Comissão Consultiva e demais pareceres emitidos ao longo do processo de elaboração, foram disponibilizados através de um portal electrónico especificamente concebido para o efeito ([www.territorioportugal.pt](http://www.territorioportugal.pt)).

Este portal ficou acessível para consulta pública através das páginas *web* da DGOTDU e das cinco CCDR no Continente, da Direcção Regional de Estudos e Planeamento da Direcção Regional de Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, na Região Autónoma dos Açores, e da Direcção Regional de Ordenamento do Território, na Região Autónoma da Madeira. Diversas organizações disponibilizaram também um apontador nos seus portais, para acesso directo ao *site* PNPOT.

Além do acesso através da Internet, os documentos da proposta técnica do PNPOT, em suporte papel, foram disponibilizados para consulta nos seguintes locais de consulta pública:

- a. Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano  
Campo Grande, 50, em Lisboa;
- b. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte  
Rua Rainha D. Estefânia, 251, no Porto;
- c. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro  
Rua Bernardim Ribeiro, 80, em Coimbra;
- d. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Rua de Artilharia Um, 33, em Lisboa;
- e. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo  
Estrada das Piscinas, 193, em Évora;
- f. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve  
Praça da Liberdade, 2, em Faro;
- g. Direcção Regional de Estudos e Planeamento  
Caminho do Meio, 58, São Carlos, em Angra do Heroísmo;
- h. Direcção Regional de Ordenamento do Território e Recursos Hídricos  
Avenida Antero de Quental, 9-C, 2º piso, em Ponta Delgada;
- i. Direcção Regional de Ordenamento do Território  
Rua Dr. Pestana Júnior, 6, no Funchal.

Nos locais de consulta pública indicados foram ainda disponibilizadas fichas de participação em suporte de papel, bem como um serviço de recepção dessas mesmas fichas e de quaisquer documentos contendo observações e sugestões que fossem entregues.

#### 1.4. Publicitação da Discussão Pública

Tendo em conta a importância do PNPOT no sistema de gestão territorial, entendeu o SEOTC ser necessário definir uma estratégia global de comunicação para a fase de discussão pública, de forma a estimular uma ampla participação e assim assegurar a qualidade e eficácia de todo o processo (Despacho de 24 de Maio de 2006).

A definição dessa estratégia de comunicação foi cometida a uma empresa da especialidade que, em articulação com a DGOTDU, desenvolveu um conjunto de trabalhos de concepção que envolveram:

- a. A definição de uma marca: “Território Portugal”;
- b. A criação de uma imagem gráfica forte, a figurar em todos os suportes de divulgação;
- c. O desenvolvimento de um *site* específico ([www.territorioportugal.pt](http://www.territorioportugal.pt));
- d. A realização de um vídeofilme sobre o PNPOT e a discussão pública;
- e. A criação de uma vinheta para correspondência e de outros elementos de suporte de comunicação, como cartazes, anúncios de imprensa, pastas de imprensa, etc.

Utilizando a imagem de marca e os suportes de comunicação a ela associados, a publicitação da discussão pública foi muito visível e envolveu as seguintes acções mais significativas:

- a. Entrega formal da proposta técnica do PNPOT à Secção da Sociedade Civil da Comissão Consultiva, em sessão realizada na DGOTDU a 27 de Março de 2006 e presidida pelo SEOTC;
- b. Sessão de abertura da discussão pública, presidida pelo Primeiro Ministro e realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, no dia 17 de Maio de 2006. Usaram da palavra, sucessivamente, o Secretário de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e o Primeiro-Ministro;
- c. Divulgação sistemática na Internet, através do Portal [www.territorioportugal.pt](http://www.territorioportugal.pt), da proposta técnica do PNPOT para discussão pública, dos demais documentos a ela associados e da informação mais relevante sobre os eventos ligados à discussão pública;
- d. Publicação de Avisos em três jornais diários, em dois momentos distintos: antes do início do período de discussão pública, em Abril e Maio, e imediatamente após a decisão de prorrogação, em Agosto;

O Público, de 28 de Abril e 25 de Agosto de 2006

Jornal de Notícias, de 2 de Maio e 21 de Agosto de 2006

Diário de Noticias, de 2 de Maio e 20 de Agosto de 2006

- e. Envio de convites à participação a todas as entidades da Comissão Consultiva - Secção da Sociedade Civil, às Universidades e às associações Ad-Urbem e Associação Portuguesa de Recursos Hídricos;
- f. Aposição de uma vinheta alusiva à discussão pública do PNPOT em toda a correspondência oficial emitida pela DGOTDU entre 29 de Maio e 31 de Outubro (Despacho nº 11/2006 do Director-Geral da DGOTDU).

### 1.5. *Site* [www.territorioportugal.pt](http://www.territorioportugal.pt)

No âmbito da estratégia de comunicação seguida para a preparação da discussão pública da proposta técnica do PNPOT, foi criado um *site* específico na Internet, com o endereço [www.territorioportugal.pt](http://www.territorioportugal.pt). Este *site* ficou disponível a partir do dia 17 de Maio.

No endereço acima referido foram colocados à disposição de todos os interessados, para consulta directa, para impressão ou para importação por via electrónica para outros computadores, todos os documentos constituintes da proposta técnica do PNPOT para discussão pública, o sumário preparado pela DGOTDU, os pareceres, bem como a ficha de participação especificamente preparada para a recolha de observações e sugestões no âmbito da discussão pública, acompanhada das respectivas instruções de preenchimento.

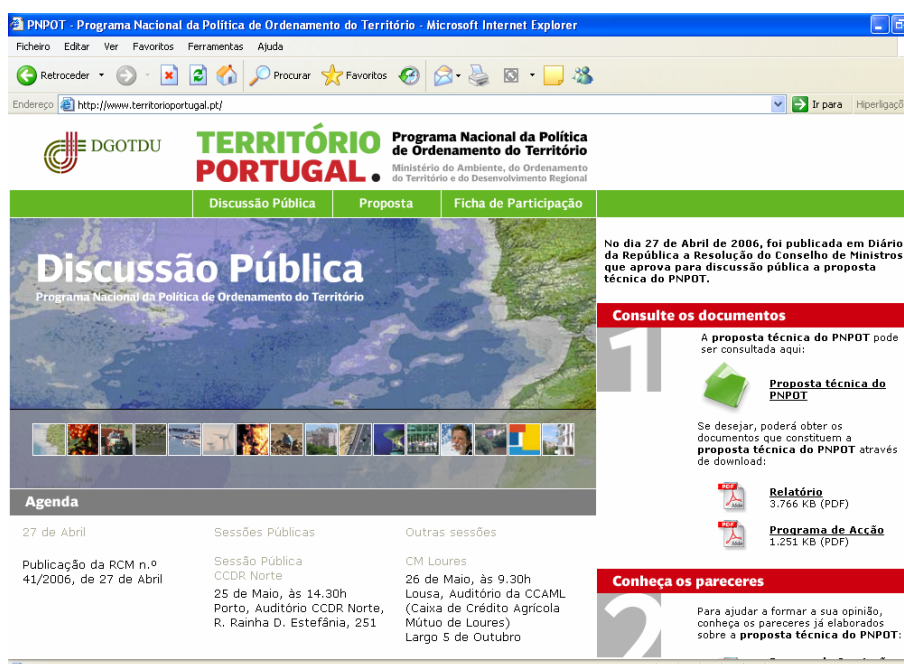
Através do *site* do PNPOT, os interessados puderam registar-se, preencher *on-line* a ficha de participação com as suas observações e sugestões e remetê-la directamente à DGOTDU por via electrónica. Puderam também importar a ficha para um computador à sua escolha, para preenchimento e envio posterior. Em alternativa, puderam ainda proceder à impressão da ficha, para preenchimento manual e envio por via postal ou fax ou entrega nos locais de consulta pública indicados em 1.3.

O *site* do PNPOT foi concebido para se manter activo durante todo o período de tramitação do PNPOT, até à sua aprovação pela Assembleia da República. Concluído o período de discussão pública, o *site* serviu para a disponibilização de informação durante o período de apuramento e ponderação. Considera-se provável a sua manutenção também após a entrada em vigor do PNPOT, fornecendo um suporte para a divulgação das acções relacionadas com a sua aplicação e futura avaliação.

A marca "Território Portugal", propriedade da DGOTDU, continuará a ser usada no âmbito das acções relativas ao ordenamento do território desenvolvidas pela Direcção-Geral.

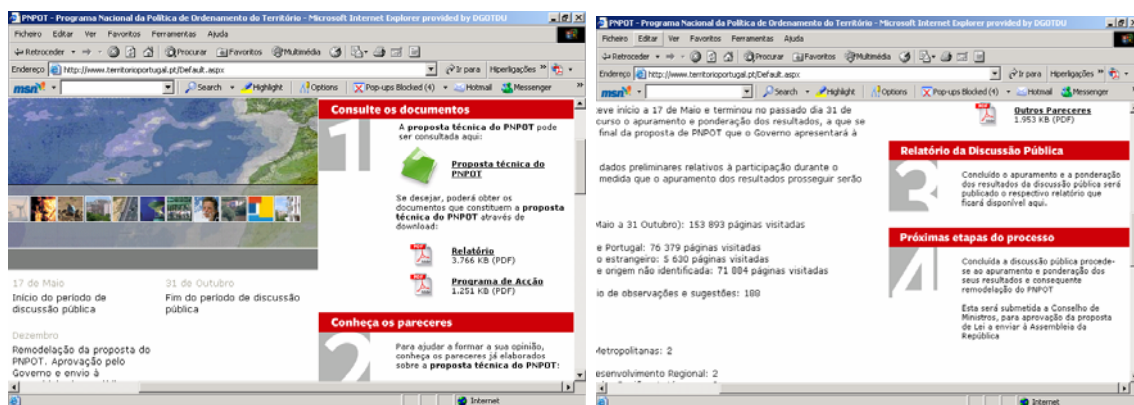
Assegurar-se-á, desta forma, a continuidade do processo PNPOT e a sua visibilidade também na fase de aplicação.

O *site* [www.territorioportugal.pt](http://www.territorioportugal.pt) apresentou, durante o período de discussão pública, uma estrutura que permitiu a navegação através de três entradas distintas: 'Proposta', 'Discussão Pública' e 'Ficha de Participação'.



Concluído o período de discussão pública, a entrada 'Ficha de Participação' foi substituída pela entrada 'Apuramento'.

Na página inicial foi disponibilizada a seguinte informação: (1) Documentos da proposta técnica do PNPOT; (2) Pareceres; (3) Relatório da Discussão Pública (quando for publicado); e (4) Próximas etapas do processo.



Para obviar a eventuais dificuldades de consulta e compreensão do PNPOT pelo público em geral, a página *web* incluiu um auxiliar de navegação temática.

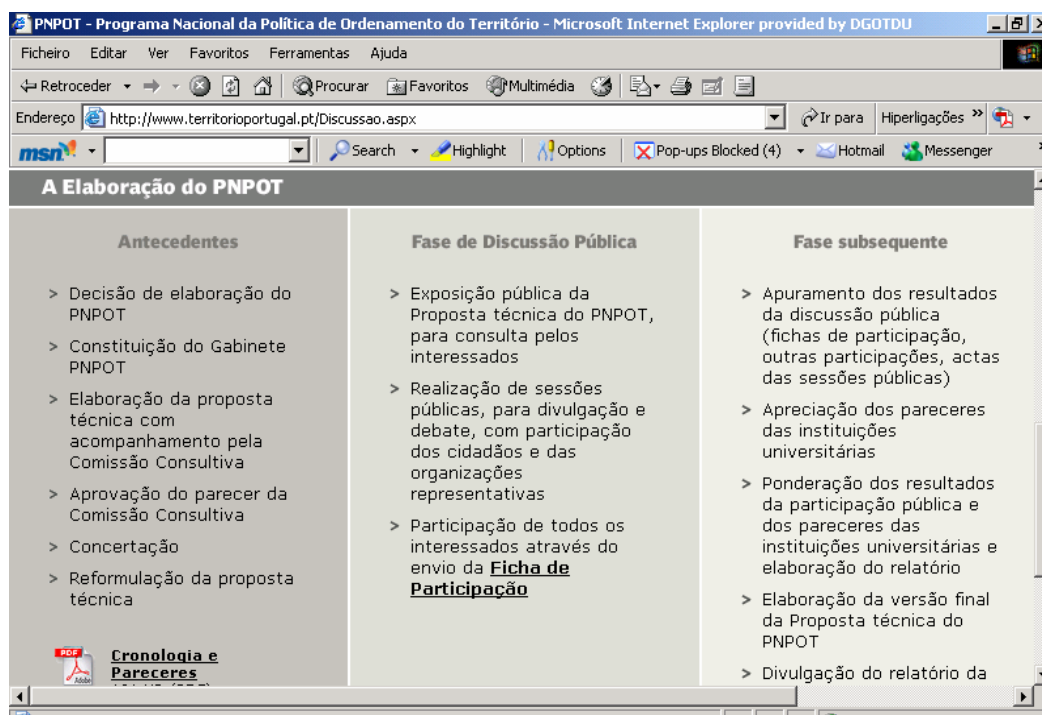
### Barra de navegação temática



Nesta mesma página, para além de outras informações, foi ainda disponibilizada a Ficha de Participação e respectivas instruções de preenchimento:

The screenshot shows a web browser window displaying the PNPOT website. The browser's address bar shows the URL <http://www.territorioportugal.pt/Ficha.aspx>. The website header includes the DGOTDU logo and the text 'TERRITÓRIO PORTUGAL. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território'. Below the header is a navigation menu with tabs for 'Início', 'Discussão Pública', 'Proposta', and 'Ficha de Participação'. The 'Ficha de Participação' tab is active, showing the title 'Ficha de participação na discussão pública do PNPOT' and a sub-section 'Instruções de Preenchimento'. The instructions include a recommendation to refer to the technical proposal text and a list of guidelines for filling out the form, such as using the 'Enviar Ficha de Participação' button and providing contact information. On the right side of the page, there is a sidebar menu titled 'Estado da Ficha' with a list of items including 'Registo - Entrar', 'Identificação do participante', 'Apreciação geral do documento', 'Relatório', 'Portugal no Mundo', 'Organização, Tendências e Desempenho do Território', 'As Regiões', 'Portugal 2025', 'Programa de Acção', 'Programa das Políticas', 'Directrizes para os Instrumentos de Gestão Territorial', and 'Envio'.

Actualmente, o *site* permite ainda, dentro da página 'Discussão pública', conhecer a agenda e toda a cronologia do processo, incluindo os antecedentes e as fases subsequentes:



A criação deste *site* permitiu, assim, não só a divulgação e apreciação dos documentos da Proposta Técnica do PNPOT (Relatório e Programa de Acção) por parte do público em geral, mas também a divulgação de notícias e de eventos relacionados com este processo.

Ao longo do período de Discussão Pública, de 17 de Maio a 31 de Outubro de 2006, foram realizadas 27 929 visitas ao *site*, com o registo de 153 893 páginas visitadas (quadro 1).

Quadro 1 - Origem do número de páginas visitadas

Origem	N.º páginas visitadas
Portugal	76 379
Estrangeiro	5 630
Não identificada	71 884
<b>Total</b>	<b>153 893</b>

## 1.6. Realização de sessões públicas

Durante o período de discussão pública e tendo como objectivo proporcionar um melhor esclarecimento sobre a proposta técnica do PNPOT, a DGOTDU, em colaboração com as CCDR, promoveu cinco sessões públicas oficiais, previamente anunciadas no Aviso de publicitação da discussão pública. Em todas estas sessões esteve presente o SEOTC. Na sessão pública que teve lugar em Faro, esteve também presente o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.

A calendarização destas sessões foi a seguinte:

Entidade	Data	Local
CCDR Norte	25 de Maio, 14.30h	Porto, Auditório CCDR Norte, R. Rainha D. Estefânia, 251
CCDR Lisboa e Vale do Tejo	1 de Junho, 14.30h-18h	Lisboa, CCB - Sala Calempuy, Praça do Império (Belém)
CCDR Algarve	14 de Junho, 14.30h	Faro, Auditório da CCDR, Praça da Liberdade, 2
CCDR Centro	22 de Junho, 14.30h	Coimbra, Auditório da CCDR, Rua Bernardim Ribeiro, 80
CCDR Alentejo	10 de Julho, 14.30h	Évora, Auditório CCDR, Estrada das Piscinas, 193

Para apoio às sessões públicas, foi preparada uma apresentação multimédia, contendo os objectivos, as grandes linhas de orientação e as opções estratégicas da proposta técnica do PNPOT. Esta apresentação ficou disponível no *site* PNPOT, com a menção de que poderia ser importada e livremente utilizada por qualquer entidade, nomeadamente para apoio a outras sessões públicas além das oficiais.

De todas as sessões públicas oficiais foram elaboradas actas.

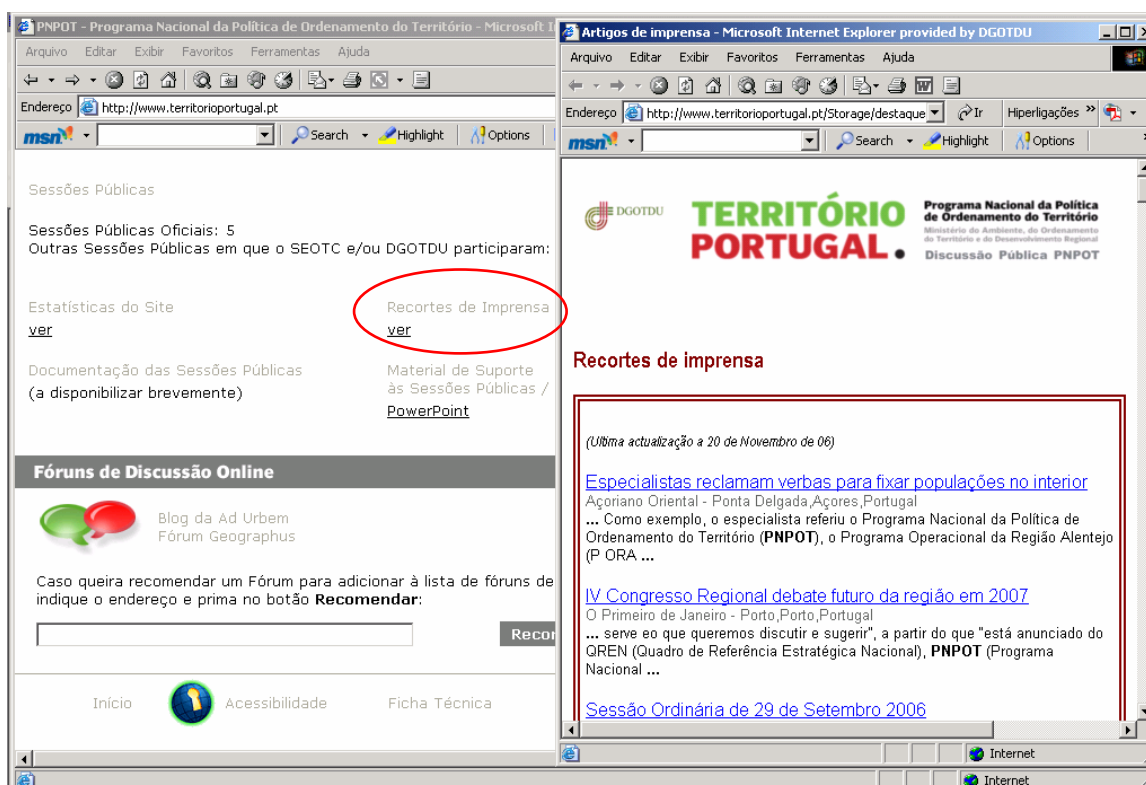
Realizaram-se ainda sessões públicas de iniciativa de outras entidades. A DGOTDU foi convidada a participar e apoiou a realização de várias dessas sessões, com destaque para a que teve lugar na Sociedade de Geografia de Lisboa.

Entidade	Data	Local
C.M. Loures	26 de Maio, 9.30h	Lousa, Auditório da CCAML (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Loures), Largo 5 de Outubro
Fundação Antero de Quental	3 de Julho, 21.00h	Coimbra, Auditório Unidade Saúde de Coimbra - Fundação Fernão Mendes Pinto, Av. Fernando de Magalhães
CEDOUA	7 de Julho, 15.00h	Coimbra, Sala 7 - Gerais, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
Sociedade de Geografia de Lisboa	De 18 a 20 de Julho	Lisboa, Sede da SGL, R. Portas de S. Antão

No âmbito destas iniciativas foram elaborados documentos com observações e sugestões. Estes foram considerados no processo de apuramento e ponderação.

Durante o período de discussão pública foram ainda realizadas intervenções nos meios de comunicação social por diversas personalidades e entidades, e publicadas diversas notícias. Através da recolha de imprensa referenciada no *site* PNPOT, contabilizaram-se cerca de uma centena de artigos de Maio a Outubro de 2006.

### Recortes de Imprensa (de Maio a Novembro de 2006)



### 1.7. Pareceres das Universidades

Em cumprimento do disposto nos artº 33º e 34º do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro, foram solicitados pareceres a diversas Universidades.

Esta solicitação de pareceres obedeceu ao critério definido no n.º 4, do art. 33º, do DL n.º 380/99, de 22 de Setembro. Foram convidadas a emitir parecer apenas as universidades que não integraram o Gabinete PNPOT e não estiveram directamente envolvidas na elaboração da proposta técnica do PNPOT.

## 2. Análise geral da participação

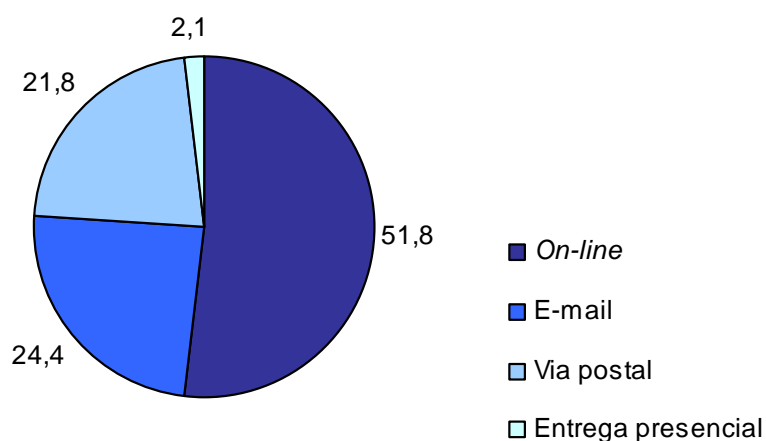
### 2.1. Modo e formato de participação

Durante o período de discussão pública, os interessados puderam apresentar as suas observações e sugestões por escrito, através do preenchimento de uma Ficha de Participação (Anexo I). A ficha foi estruturada de acordo com o documento em discussão e disponibilizada em ficheiro para *download* através do *site* [www.territorioportugal.pt](http://www.territorioportugal.pt). Nos locais de consulta pública indicados em 1.3, essa ficha foi igualmente disponibilizada em papel.

Após o seu preenchimento, o envio foi feito *on-line*, directamente a partir do *site* ou alternativamente por correio electrónico para o endereço [participe@territorioportugal.pt](mailto:participe@territorioportugal.pt). Esta ficha podia ser ainda preenchida em suporte papel e enviada por via postal ou entregue directamente nos locais de consulta pública indicados em 1.3.

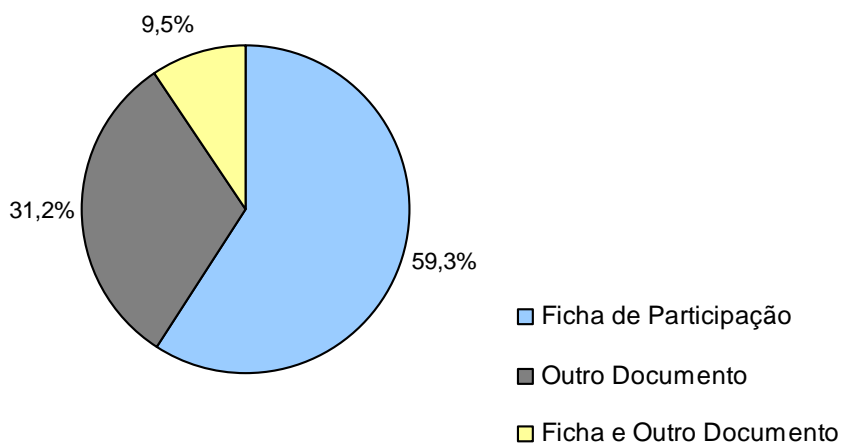
A maioria dos participantes (76,2%) optou por enviar as suas observações e sugestões por via electrónica (51,8% por preenchimento *on-line* e 24,4% por correio electrónico). O envio por via postal representou 21,8% e a entrega presencial 2,1%. Esta distribuição é ilustrada na Figura 1.

Figura 1 - Modo de Participação



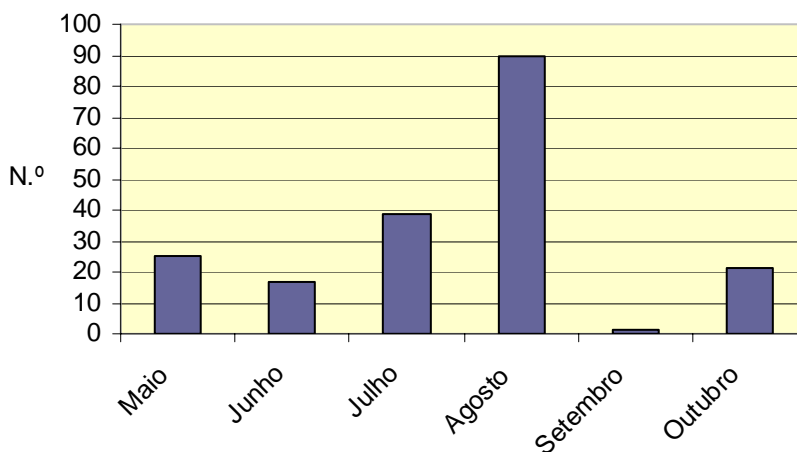
A maioria dos participantes (59%) utilizou como formato de participação a ficha. Foram igualmente recebidas observações e sugestões noutros formatos (pareceres e outros textos sem formato pré-definido) que foram classificados como "outros documentos" (OD) e representam 31%. Os restantes participantes (10%), enviaram contributos nos dois formatos. Esta distribuição é ilustrada na Figura 2.

Figura 2 - Formato de Participação



Ao longo do período de discussão pública verificou-se uma variação acentuada do número de participações registadas, com maior concentração no mês de Agosto, o que se poderá explicar pelo facto de estar previsto que o período de discussão pública terminasse a 9 de Agosto. A distribuição mensal das participações registadas é ilustrada na Figura 3.

Figura 3 - Distribuição mensal das participações registadas



## 2.2. Perfil dos participantes

Durante o período de discussão pública, a DGOTDU recebeu 189 registos de participação efectiva<sup>2</sup>. Perante a diversidade dos participantes, foi estabelecida uma tipologia de 'perfis', correspondentes às categorias que se apresentam no Quadro 2.

Quadro 2 - Número de registos por perfil de participante

Perfil de Participante	N.º
Particulares	109
Câmaras Municipais	22
Assembleias Municipais	4
Comunidades Urbanas e Grandes Áreas Metropolitanas	2
Associações de Municípios	3
Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional	2
Organismos e Serviços Públicos das Regiões Autónomas	2
Organismos e Serviços Públicos da Administração Central	9
Gabinetes Governamentais	2
Universidades*	7
Partidos Políticos	1
Associações	21
Empresas	5
<b>TOTAL</b>	<b>189</b>

\* 6 universidades elaboraram parecer no decurso da discussão pública, nos termos do n.º 4 do art. 33º do D.L. 380/99, de 22 Setembro

A participação na categoria 'particulares' correspondeu a 58% do total de registos, destacando-se entre as restantes entidades as Câmaras Municipais, com 12%, e as Associações de natureza diversa (profissionais, empresarias, ambientais), com 11% dos registos.

<sup>2</sup> Foram realizados 193 registos. No entanto apenas se consideraram para efeitos de análise 189 participações, face à duplicação de registos.

### 2.3. Apreciação valorativa nas fichas de participação

Na ficha de participação que foi preparada para suportar a recolha de observações e sugestões durante a discussão pública, foi incluída uma apreciação qualitativa de cada um dos capítulos e sub-capítulos do documento, através de uma escala de 5 graus centrada no valor "0" (-2, -1, 0, +1, +2), em que (-2) corresponde a uma avaliação fortemente negativa e (+2) a uma avaliação muito positiva. O valor 0 corresponde a uma apreciação sem opinião.

Os resultados da valoração expressa nas fichas são sintetizados no Quadro 3. Para a construção do quadro foi adoptado um critério de ponderação relativa, de modo a agrupar as incidências das apreciações em três classes: i) com valor inferior a 25% de respostas num determinado valor da escala quantitativa (-2 a +2); ii) entre 25% e 35% e iii) entre 35% e 50%.

Esta análise teve ainda em consideração o facto de as fichas recebidas apresentarem uma ponderação temática não exaustiva. Verificou-se que a avaliação foi globalmente positiva, com 61% das incidências entre 'positivo' e 'fortemente positivo'.

### 2.4. Matriz de Incidências

Face ao universo das observações e sugestões recebidas, procedeu-se, em primeiro lugar, à identificação dos capítulos do Relatório e do Programa de Acção sobre os quais estas incidiram. A partir dessa identificação, construiu-se uma Matriz de Incidências (Matriz I).



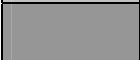
Da análise da Matriz I, conclui-se que mais de 50% dos contributos incide simultaneamente sobre o Relatório e o Programa de Acção. Verifica-se também que o maior peso das observações e sugestões feitas sobre o Programa de Acção recai sobre o capítulo 2 - Programa das Políticas.

Para apoiar esta leitura qualitativa, anexam-se os índices dos documentos presentes a discussão pública (Anexo III).

Quadro 3 - Apreciação qualitativa do PNPOT nas fichas de participação

TEMAS		Apreciação					Sem opinião	N.º respostas
		-2	-1	0	1	2		
RELATÓRIO	B	Apreciação geral do documento						88
	C1	Portugal no Mundo						62
	C2	Organização, tendências e desempenho do território						55
	C3	As Regiões						52
PROGRAMA DE ACÇÃO	C4	Portugal 2025: Estratégia e modelo territorial						50
	D1	Programa das Políticas						57
	D11	Objectivo Estratégico 1						50
	D12	Objectivo Estratégico 2						46
	D13	Objectivo Estratégico 3						44
	D14	Objectivo Estratégico 4						43
	D15	Objectivo Estratégico 5						44
	D16	Objectivo Estratégico 6						46
D2	Directrizes para os Instrumentos de Gestão Territorial						47	
N.º respostas		32	57	105	256	164	70	684

Legenda:

	< 25 % incidências
	25% < incidências < 35 %
	35% < incidências < 50 %

Matriz I - Matriz de Incidências

N.º Registo	Nome	Formato	RELATÓRIO	PROGRAMA DE ACÇÃO						Anexos (Matrizes)	Outras Observações		
				1. ORIENTAÇÕES GERAIS	2. PROGRAMA DAS POLÍTICAS							3. DIRECTRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	
					OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5				OE 6
<b>Particulares</b>													
1	Guilherme de Sá *	FP											
2	João Bento	FP									X		
3	Helena Roseta *	FP											
4	Carlos Ferreira *	FP											
5	José Carlos Ferreira *	FP											
6	João Daniel Luís *	FP											
7	Nuno Carlos Silva *	FP											
8	Arnaldo de Carvalho Machado *	FP											
9	Albino Neves *	FP											
10	Maria Ferreira *	FP											
11	Sérgio Tomás Resão *	FP											
12	C. Monteiro	FP									X		
13	Luís dos Santos *	FP											
14	Duarte *	FP											
15	Ramiro Matos *	FP											
16	João Oliveira *	FP											
17	Felisbela Rodrigues *	FP											
18	Domingos Guedes Santos	FP	X										
19	Tiago Cristóvão *	FP											
20	Nuno Salsinha *	FP											

Formato: FP – Ficha de Participação; OD – Outro Documento; FP\_OD – Ficha e Outro Documento

\* Fichas sem observações ou sugestões

N.º Registo	Nome	Formato	RELATÓRIO	PROGRAMA DE ACÇÃO							Outras Observações		
				1. ORIENTAÇÕES GERAIS	2. PROGRAMA DAS POLÍTICAS							3. DIRECTRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	Anexos (Matrizes)
					OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6			
21	João Verde	FP	X		X							X	
22	Pedro Gonçalves *	FP											
23	Miguel	FP	X										
24	Manuel Cerveira Pinto *	FP											
25	João Duarte *	FP											
26	Ana Roxo	FP			X								
27	Vítor Melo *	FP											
28	José Rio Fernandes	OD	X	X		X				X		X	
30	João Duarte *	FP											
31	Marco Pereira *	FP											
32	João Pernes	FP										X	
33	Pedro Dimas*	FP											
34	Teresa Fidélis	FP										X	
35	Duarte Carreira *	FP											
37	S. Loureiro *	FP											
38	Celine Caetano *	FP											
39	Rita Carmona	FP	X		X	X	X	X				X	
40	Nuno Coelho *	FP											
41	Lara Mendes	FP	X									X	
42	Leonel Monteiro *	FP											
43	Francisco Amador *	FP											
44	Victor Louroza *	FP											
46	José Manuel Bastos *	FP											

Formato: FP – Ficha de Participação; OD – Outro Documento; FP\_OD – Ficha e Outro Documento

\* Fichas sem observações ou sugestões

N.º Registo	Nome	Formato	RELATÓRIO	PROGRAMA DE ACÇÃO						Anexos (Matrizes)	Outras Observações		
				1. ORIENTAÇÕES GERAIS	2. PROGRAMA DAS POLÍTICAS							3. DIRECTRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	
					OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5				OE 6
47	Eduardo Corte Real *	FP											
48	Paula Gonçalves	FP	X							X			
49	Rui Alves *	FP											
50	David Ferreira *	FP											
51	Paulo Diogo *	FP											
52	Paulo Barral	FP	X		X	X	X	X	X	X		X	
53	Maria Graça Almeida *	FP											
54	João Belard Correia	FP	X		X	X	X		X	X		X	
55	Carlos Luna *	FP											
57	António Sousa Marques *	FP											
58	António Valente	FP										X	
59	Bernardo Campos Correia	FP	X									X	
61	Luís Santos Silvestre	FP										X	
62	Fernando Costa Almeida	FP										X	
64	Luís Moreira *	FP											
67	Paulo Fonseca	FP				X							
68	Catarina Abel	FP										X	
69	Mário Baptista	FP	X			X	X	X	X	X		X	
70	Isabel Ramos *	FP											
72	José Coutinho	FP	X									X	
76	Leonor Batalha	FP	X		X	X				X		X	
77	Rui Amares Alves	FP_OD	X	X	X	X	X		X	X	X	X	
79	Isabel de Deus	OD										X	

Formato: FP – Ficha de Participação; OD – Outro Documento; FP\_OD – Ficha e Outro Documento

\* Fichas sem observações ou sugestões

N.º Registo	Nome	Formato	RELATÓRIO	PROGRAMA DE ACÇÃO						Anexos (Matrizes)	Outras Observações		
				1. ORIENTAÇÕES GERAIS	2. PROGRAMA DAS POLÍTICAS							3. DIRECTRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	
					OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5				OE 6
81	João Carlos Seixas	FP	X		X		X		X	X			
82	Miguel Coutinho	FP	X		X	X						X	
84	Miguel Ramalho	OD			X	X	X		X	X			
86	Luís Avelar	FP_OD			X	X	X	X	X	X		X	
89	António Campos	FP										X	
91	Francisco Silva	FP	X		X		X			X		X	
92	Rosa Branco	FP			X	X	X	X		X		X	
95	Mário de Azevedo	OD	X							X		X	
96	Custódio Neiva Antunes	OD	X	X									
97	Virgínia Almeida, J. C. Almeida, João Rabaça	OD					X			X			
100	José Freitas *	FP											
102	José Ganhão Jaca	FP										X	
103	Jorge Carvalho	FP				X				X		X	
107	Carlos Cupeto	OD	X		X							X	
116	Pedro Barros	FP	X		X							X	
117	Luís Grave e Margarida Afonso	FP_OD										X	
111	Fernando Lopes	OD								X			
112	Filomena Silva	FP_OD						X					
113	Júlio Ferreira e Silva	FP	X		X							X	
121	Constantino Menino	FP_OD	X									X	
128	Manuel Costa Lobo	OD	X	X									
135	Alexandre Tavares e João Rebelo	OD	X		X					X			

Formato: FP – Ficha de Participação; OD – Outro Documento; FP\_OD – Ficha e Outro Documento

\* Fichas sem observações ou sugestões

N.º Registo	Nome	Formato	RELATÓRIO	PROGRAMA DE ACÇÃO							Anexos (Matrizes)	Outras Observações	
				1. ORIENTAÇÕES GERAIS	2. PROGRAMA DAS POLÍTICAS								3. DIRECTRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL
					OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6			
141	Anselmo de Castro, Teresa Sá Marques, Gonçalo Santinha	OD						X			X		
151	António Góis Nóbrega	FP	X										X
154	Nuno Manique	FP	X		X	X	X	X	X	X	X		X
155	Paulo Santos Silva	FP	X		X	X	X	X	X	X	X		X
156	João Espinho	FP	X										X
160	José Carlos Viana	FP	X		X	X							X
161	Frederico Lucas	FP	X								X		X
162	Jorge Novelo	FP											X
163	João Maciel	FP											X
164	José Guinote	FP											X
170	Sérgio Alves Caetano	FP											X
174	José Bacelo *	FP											
175	Manuel Margarido Tão	FP	X										X
177	Ricardo Alves Barbosa *	FP											
178	Rui Ribeiro Dias *	FP											
181	João Cameira	OD											X
182	Rui Florentino	FP	X		X	X	X	X	X	X	X		X
183	Sílvia Santos Cabrita	FP	X		X	X	X	X	X	X	X		
184	Paulo Pinho	OD	X	X							X		X
187	Jorge Moura	FP	X		X	X	X	X	X	X			
189	Vasco Feijão	OD	X										X
193	Margarida Cardoso da Silva e Outros (DHA)	OD	X	X									X

Formato: FP – Ficha de Participação; OD – Outro Documento; FP\_OD – Ficha e Outro Documento

\* Fichas sem observações ou sugestões

N.º Registo	Nome	Formato	RELATÓRIO	PROGRAMA DE ACÇÃO								Anexos (Matrizes)	Outras Observações
				1. ORIENTAÇÕES GERAIS	2. PROGRAMA DAS POLÍTICAS						3. DIRECTRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL		
					OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6			
<b>Câmaras Municipais</b>													
29	CM Torres Vedras	FP	X	X							X		
45	CM Loures	FP	X										
56	CM Moura	OD	X	X									X
60	CM Batalha	FP	X										X
65	CM Elvas	FP	X	X									
73	CM Barrancos	FP	X										X
80	CM Albufeira	OD	X	X									
90	CM Golegã	FP	X			X	X			X			X
98	CM Trofa	OD											X
105	CM Coimbra	OD	X	X									
106	CM Sines / Francisco do Ó Pacheco	OD	X										X
109	CM Cuba	OD	X	X									X
110	CM Estarreja	FP	X	X						X	X		X
118	CM Beja	OD	X	X						X			X
123	CM Loulé	OD	X	X	X		X	X		X	X		
124	CM Sesimbra	OD	X							X			
152	CM Santo Tirso	FP	X	X	X	X	X	X		X			X
153	CM Vila Nova de Cerveira	FP	X	X	X	X				X			X
159	CM Sintra	OD	X	X									
171	CM Montemor-o-Velho	FP	X										X
186	CM Figueira da Foz	FP	X	X					X	X			
192	CM Vila Nova de Famalicão	OD	X	X									X

Formato: FP – Ficha de Participação; OD – Outro Documento; FP\_OD – Ficha e Outro Documento

N.º Registo	Nome	Formato	RELATÓRIO	PROGRAMA DE ACÇÃO								Outras Observações	
				1. ORIENTAÇÕES GERAIS	2. PROGRAMA DAS POLÍTICAS						3. DIRECTRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL		Anexos (Matrizes)
					OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6			
<b>Assembleias Municipais</b>													
139	AM Lisboa	OD	X	X								X	
158	AM Arouca	OD	X	X								X	
172	AM Figueira da Foz - PPD/PSD	OD	X									X	
173	AM Serpa	OD	X	X								X	
<b>Comunidades Urbanas e Áreas Metropolitanas</b>													
129	CULT – Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo	OD	X	X							X	X	
157	Grande Área Metropolitana de Lisboa	OD	X	X		X		X			X	X	
<b>Associações de Municípios</b>													
122	AM Distrito de Évora	OD	X	X							X	X	
130	AMBAAL – AM Baixo Alentejo e Alentejo Litoral / BAAL 21	OD	X	X							X	X	
167	AM Norte Alentejano	OD	X	X							X	X	
<b>CCDR</b>													
119	CCDRN	FP_OD	X	X			X	X			X		
142	CCDR-LVT	OD	X	X							X		
<b>Organismos e Serviços Públicos das Regiões Autónomas</b>													
169	Região Autónoma da Madeira	OD	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
188	Região Autónoma dos Açores	OD	X	X	X	X	X	X			X	X	

Formato: FP – Ficha de Participação; OD – Outro Documento; FP\_OD – Ficha e Outro Documento

N.º Registo	Nome	Formato	RELATÓRIO	PROGRAMA DE ACÇÃO								Anexos (Matrizes)	Outras Observações
				1. ORIENTAÇÕES GERAIS	2. PROGRAMA DAS POLÍTICAS						3. DIRECTRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL		
					OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6			
<b>Organismos e Serviços Públicos da Administração Central</b>													
120	DGRF / Comissão Nacional de Coordenação do PANCD	OD	X										
127	Instituto da Água	OD	X	X	X		X				X	X	X
131	IPA – Instituto Português de Arqueologia	OD			X						X		
132	INETI – Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação	FP_OD			X								
134	MADRP	OD		X	X		X					X	X
136	IGAOT	OD		X	X	X	X	X		X	X		X
137	S.N. Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência	OD		X		X	X	X	X				
140	CNADS	OD	X	X			X					X	X
191	DGRF	OD	X	X	X							X	
<b>Gabinetes Governamentais</b>													
138	Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde	OD					X						
166	Gabinete do Secretário de Estado do Turismo/DGT	OD	X	X	X	X					X		
<b>Universidades</b>													
101	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	FP_OD								X			
125	Universidade de Aveiro	OD			X	X	X		X	X	X	X	

Formato: FP – Ficha de Participação; OD – Outro Documento; FP\_OD – Ficha e Outro Documento

N.º Registo	Nome	Formato	RELATÓRIO	PROGRAMA DE ACÇÃO								Outras Observações	
				1. ORIENTAÇÕES GERAIS	2. PROGRAMA DAS POLÍTICAS						3. DIRECTRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL		Anexos (Matrizes)
					OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6			
147	Universidade do Minho	OD	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
148	Universidade de Évora	OD		X	X		X			X	X	X	
149	UTAD	OD		X				X					
150	Universidade do Porto	OD	X						X		X		
165	Universidade do Algarve	FP			X		X	X					
<b>Partidos Políticos</b>													
144	"Os Verdes" PEV	OD	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
<b>Associações</b>													
36	Região de Turismo da Serra da Estrela	FP	X	X									
63	PROGEO - A. E. Conservação do Património Geológico	FP_OD			X								
66	ANIET - A.N. Indústria Extractiva e Transformadora	FP	X		X								
74	Associação Portuguesa de Geólogos	FP_OD			X								
83	FEPICOP - F.P. Indústria da Construção e Obras Publicas	FP		X	X	X					X		
85	CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal	FP_OD		X	X		X						
87	A.P. Geógrafos	FP	X	X									X

Formato: FP – Ficha de Participação; OD – Outro Documento; FP\_OD – Ficha e Outro Documento

N.º Registo	Nome	Formato	RELATÓRIO	PROGRAMA DE ACÇÃO							Outras Observações		
				1. ORIENTAÇÕES GERAIS	2. PROGRAMA DAS POLÍTICAS							3. DIRECTRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	Anexos (Matrizes)
					OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6			
94	OPRUB - Oficinas do Património e da Reabilitação Urbana	FP_OD	X		X	X	X			X			
99	APEQ - Associação Portuguesa de Empresas Químicas	FP	X		X		X	X		X			
108	Associação Regional de Turismo do Alentejo	FP	X										
114	CELPA - Associação de Indústria Papeleira	PF_OD	X		X	X				X			
115	ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local	FP	X			X	X			X			
126	GEOTA / LPN	OD	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
133	CTP - Confederação do Turismo Português	OD			X								
145	QUERCUS	FP_OD	X								X	X	
146	A. Urbanistas Portugueses / O.Arquitectos / O. Engenheiros	OD	X	X									
168	Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa	FP	X										
179	Associação de Moradores do Alto do Lagoal e Vale da Terrugem	FP	X								X	X	
180	Colégio Nacional de Engenharia Geológicas e de Minas da O.E.	FP_OD	X		X			X		X			
185	INTELI - Inteligência em Inovação, Centro de Inovação	FP_OD	X			X		X		X			

Formato: FP – Ficha de Participação; OD – Outro Documento; FP\_OD – Ficha e Outro Documento

N.º Registo	Nome	Formato	RELATÓRIO	PROGRAMA DE ACÇÃO							Anexos (Matrizes)	Outras Observações	
				1. ORIENTAÇÕES GERAIS	2. PROGRAMA DAS POLÍTICAS								3. DIRECTRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL
					OE 1	OE 2	OE 3	OE 4	OE 5	OE 6			
190	Ad Urbem	OD	X	X								X	X
<b>Empresas</b>													
78	EDAB – Aeroporto de Beja S.A.	OD	X										
88	TTerra, Lda.	FP	X	X					X	X		X	
93	Grupo Portucel Soprocel	FP_OD	X		X								
104	NAER – Novo Aeroporto, S.A.	OD	X										
176	RDPE – Desenvolvimento de Projectos Empresariais, S.A.	FP	X	X	X	X	X	X	X	X	X		

Formato: FP – Ficha de Participação; OD – Outro Documento; FP\_OD – Ficha e Outro Documento

### 3. Análise dos conteúdos da participação

#### 3.1. Universo e diversidade das questões suscitadas

O processo de discussão pública mobilizou variadíssimos recursos e traduziu-se em inúmeras iniciativas de promoção, divulgação, recolha e organização dos diversos conteúdos e formatos de participação, sinteticamente reportados no Capítulo 1.

O forte dinamismo de reflexão e discussão decorreu do facto de se estar a discutir e analisar um documento relativo aos problemas de Ordenamento do Território, os quais são universalmente reconhecidos pela sua amplitude e transversalidade. Esse dinamismo traduziu-se num extenso conjunto de documentos, os quais, pela sua diversidade e extensão, constituem um acervo de conhecimento acrescido neste processo.

A diversidade e extensão dos conteúdos em análise conduziu à necessidade de um tratamento diferenciado e à adopção de uma metodologia de ponderação especificamente orientada para atingir os objectivos seguintes:

- a. Apreciação exaustiva de todos os contributos;
- b. Caracterização dos aspectos diferenciadores;
- c. Avaliação da relevância das observações e sugestões;
- d. Análise da pertinência e orientação final do acolhimento;
- e. Integração adequada e justificada nos textos da proposta técnica.

Face a estes objectivos, foi definida a metodologia de análise e ponderação que se apresenta no ponto seguinte deste Relatório (3.2).

#### 3.2. Metodologia de análise e ponderação

As observações e sugestões recebidas foram objecto de uma organização e uma caracterização prévias, de acordo com dois critérios:

- o primeiro, já referido em 2.4, consistiu na arrumação das observações e sugestões em função da incidência no Relatório e no Programa de Acção, por perfil de participante, dando origem à elaboração de uma Matriz de Incidências (Matriz I).
- o segundo critério baseou-se na análise da natureza das observações e sugestões, através de um trabalho de leitura, identificação e 'tipificação' de todas as contribuições em três grandes grupos:

**Sugestões tipo A:** aquelas que consistiram fundamentalmente em correcções de vocabulário e terminologia, alterações e melhoramentos pontuais, as quais foram globalmente acolhidas no texto;

**Sugestões tipo B:** todas as observações e sugestões de carácter objectivo, mas que exigiram alguma análise de conteúdo, cruzamento com outros documentos de estratégia e eventual consulta a outras entidades, tendo como consequência: nova redacção de parágrafos, reformulação ou inclusão de novas medidas, menção de outros documentos, planos e estratégias em articulação com o PNPOT. Estas sugestões contribuíram para uma melhoria substancial do texto submetido a consulta pública;

**Sugestões tipo C:** as observações que focavam questões de fundo, em geral relativas a omissões, lacunas e alegadas insuficiências da proposta técnica do PNPOT: questões transversais, alterações de estrutura, compatibilidade e coerência interna, articulação e implementação, entre outras; a apreciação destas observações, pela sua complexidade, requereu não só o estudo de documentos adicionais e consultas a outras entidades, mas também uma análise aprofundada dos temas em questão e a justificação das abordagens feitas na proposta técnica submetida a consulta pública.

Esta metodologia permitiu que se procedesse a uma incorporação gradual, ponderada e justificada de melhorias no texto da proposta técnica do PNPOT, a partir dos contributos recebidos.

A síntese da ponderação e acolhimento das questões dos tipos B e C consta nas Matrizes III e IV, apresentadas nos pontos 4.1 e 4.2.

### 3.3. Análise das sessões públicas

As sessões públicas constituíram um importante momento de reflexão sobre a proposta técnica do PNPOT, permitindo um debate mais desenvolvido sobre as matérias com maior incidência em cada região. A participação dos representantes das autarquias locais permitiu também estabelecer uma melhor relação entre as grandes opções nacionais e regionais, contidas no PNPOT, e as perspectivas de desenvolvimento local.

A análise das sessões públicas oficiais, que em seguida se apresenta, poderá ser complementada pela leitura dos respectivos programas anexos a este Relatório, os quais apresentam a forma como foram organizados os debates, assim como a identificação dos oradores (Anexo II). Relativamente a outras sessões públicas de esclarecimento, sempre que existiram contribuições escritas posteriormente enviadas, estas foram consideradas na ponderação de resultados e tratadas de acordo com a metodologia adoptada.

### 3.3.1. CCDRN - Porto

Na sessão pública do Porto foi abordado um conjunto muito vasto de questões e realçado o facto de estarem presentes representantes de 30 autarquias. Do conjunto das intervenções e dos debates que se seguiram, destacam-se os seguintes elementos de apreciação crítica:

- O PNPOT está centrado em torno da Área Metropolitana de Lisboa (Lisboacentrismo). A sustentar este facto, refere-se que a linha TGV Lisboa-Madrid é mais evidenciada que a linha Lisboa - Porto, com reforço na capacidade operativa de Lisboa;
- Discordância com a terminologia aplicada na figura "sistema urbano, acessibilidades e povoamento", designadamente os arcos metropolitanos de Lisboa e Noroeste. O modelo territorial deve reforçar a Área Metropolitana do Porto e, no mapa dos corredores, o de ligação a Chaves está insuficientemente valorizado. Igualmente no modelo territorial verifica-se uma diluição do papel das cidades médias e levantam-se dúvidas sobre a demarcação de área crítica e intermédia;
- Insuficiente ênfase na reabilitação urbana;
- Falta de clarificação das relações com Espanha e regiões vizinhas;
- Insuficiente reflexão e falta de definição do papel do interior do país;
- O PNPOT não está articulado com o QREN;
- Não estão clarificadas questões de competência e coordenação entre os vários Ministérios e levantam-se dúvidas sobre a concretização do PNPOT;
- Insuficientes directrizes para o nível sectorial;
- A questão da mobilidade está insuficientemente abordada em questões como as Autoridades Metropolitanas e os transportes em áreas de baixa densidade. Deve figurar a rede rodoviária regional.

As sugestões da sessão pública realizada no Porto foram consideradas relevantes e mereceram, de uma forma geral, acolhimento, o que está expresso na Matriz II, nos temas seguintes: E1, E3, E6, MT1, MT2, MT3, R2 e T2 (códigos dos temas, cf. Matriz II, ponto 3.5).

### 3.3.2. CCDRC - Coimbra

Na sessão pública de Coimbra, do conjunto diversificado de questões colocadas sobressai uma clara focagem sobre o papel do PNPOT no sistema de planeamento, bem como o questionar sobre a forma e o modo como o PNPOT será implementado.

Nesta sessão pública estiveram presentes, entre outros, representantes de autarquias (33), das Universidades de Aveiro, Beira Interior e Coimbra, de Institutos Politécnicos e Escolas Profissionais, bem como de associações representativas dos interesses económicos e um número significativo de serviços desconcentrados do Estado (10), num total de mais de uma centena de participantes.

Globalmente, as questões colocadas foram as seguintes:

- O PNPOT mantém a dicotomia litoral/interior;
- A inserção do País no espaço ibérico e europeu está um pouco "fechada";
- O futuro traçado do TGV em L faz do território a Norte um "apêndice";
- Inexistência de um quadro claro de prioridades;
- A questão do Observatório e da monitorização está em aberto;
- Falta definir metas e indicadores;
- Falta compatibilizar o PNPOT com o QREN;
- Falta estruturar e articular as políticas sectoriais;
- Quais os instrumentos jurídicos para implementar o PNPOT?
- Falta dar o salto do "que fazer" para o "como fazer";
- Qual a entidade "fiscalizadora" do PNPOT?
- Insuficiente adequação dos Instrumentos de Gestão Territorial.

As questões levantadas na sessão pública de Coimbra foram consideradas pertinentes e o seu acolhimento está ilustrado na Matriz II, temas E1, E3, E4, E6, MT1, MT2, R3 e T2.

### 3.3.3. CCDRLVT - Lisboa

Na sessão de pública de Lisboa foram debatidas questões que incidiram sobretudo sobre temas relacionados com a sustentabilidade ambiental e económica da região de Lisboa, bem como as formas de articulação da região no quadro ibérico e atlântico. As principais questões colocadas foram as seguintes:

- Não estão bem identificadas as responsabilidades para executar o PNPOT nem o correspondente suporte financeiro;
- Insuficiente tratamento das relações com Espanha;

- O mapa de riscos contém várias insuficiências, nomeadamente no que se refere à ocorrência de cheias, ruptura de barragens, maremotos e riscos industriais;
- Deviam existir cartas de conflito entre actividades e usos;
- As águas subterrâneas não são valorizadas;
- O Programa de Acção devia ser apresentado sob a forma de matriz e cronogramas;
- Insuficiente relevância do porto de Sines;
- A questão do mar é insuficientemente tratada;
- Diferença de critérios na designação dos arcos Metropolitanos (Noroeste e Lisboa);
- Qual o modelo turístico do PNPOT?

As observações e sugestões apresentadas na sessão pública de Lisboa foram consideradas pertinentes e a forma como foram acolhidas está ilustrada na Matriz II, temas E1, E3, E4, E6, MT1, R4, T1, T3, S4 e S7.

#### 3.3.4. CCDR Alentejo - Évora

A sessão pública que decorreu em Évora teve uma grande participação, congregando representantes de Câmaras Municipais, associações, delegações regionais, Universidade de Évora, Instituto Politécnico e outras instituições, num total de cerca de centena e meia de pessoas. As principais questões levantadas centraram-se nos problemas do mundo rural e nas potencialidades de desenvolvimento do Alentejo, em particular as seguintes:

- Necessidade de clarificar o financiamento das medidas e a sua articulação com outros instrumentos, como a ENDS e o QREN;
- Os objectivos estratégicos não estão graduados nem são compatíveis na sua operacionalização nos PROT e nos PMOT;
- Não são traçadas linhas para combater a desertificação, o despovoamento e o colapso do mundo rural;
- Não estão suficientemente desenvolvidas as questões energéticas;
- Não está suficientemente explorado no PNPOT o potencial de Sines nem clarificada a sua articulação nacional, ibérica e europeia;
- Não está devidamente explicitada a política da água.

As questões levantadas na sessão pública de Évora foram consideradas pertinentes e o seu acolhimento está evidenciado na Matriz II, temas E1, E2, E3, MT2, MT3, R5, T1, T2 e S7.

### 3.3.5. CCDR Algarve - Faro

A sessão pública que teve lugar em Faro, contou com um público diversificado, englobando, entre outros: Câmaras Municipais, Assembleias Municipais, CCDR, GAT, Associações culturais e de defesa do ambiente, empresários do sector do turismo, Universidade do Algarve e delegações regionais de vários Ministérios, num total de cerca de centena e meia de pessoas.

Uma temática que esteve presente foi a da articulação entre a actividade turística e a protecção da natureza e da biodiversidade, ainda que as referências concretas ao PNPOT nesta matéria tenham sido escassas. As principais questões colocadas foram as seguintes:

- Inexistência de mecanismos e parâmetros que garantam a aplicação do PNPOT a nível regional e local;
- O PNPOT resigna-se à desertificação;
- Dúvidas quanto à concretização do PNPOT;
- O PNPOT aponta para um modelo baseado no desenvolvimento de pólos centrais, não favorecendo o turismo no Algarve.

As observações mencionadas na sessão pública de Faro foram consideradas pertinentes e o seu acolhimento está registado na Matriz II, temas E1, E6, MT2, R6 e T2.

### 3.4. Análise dos Pareceres das Universidades

O artigo n.º 33º, do Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de Setembro, estabelece que “no decurso da discussão pública o Governo submete ainda a proposta técnica do PNPOT a avaliação crítica e parecer de, pelo menos, três instituições universitárias ou científicas nacionais com uma prática de investigação relevante nas áreas do ordenamento do território”.

Para dar cumprimento a esta exigência legal e de acordo com o critério apresentado no ponto 1.7, a DGOTDU solicitou pareceres às seguintes instituições universitárias:

- Universidade do Minho
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Universidade do Porto
- Universidade de Aveiro
- Universidade da Beira Interior
- Universidade Nova de Lisboa

- Universidade de Évora
- Universidade do Algarve
- Universidade da Madeira
- Universidade dos Açores

Em resultado desta consulta, enviaram parecer as seguintes Universidades:

- Universidade do Minho
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Universidade do Porto
- Universidade de Aveiro
- Universidade de Évora
- Universidade do Algarve

A apreciação que se segue sintetiza todas as questões apresentadas. A respectiva ponderação e sequência, em termos da integração no texto da proposta técnica do PNPOT, está expressa na Matriz II.

#### **3.4.1. Universidade do Algarve**

O parecer enviado pela Universidade do Algarve adoptou o formato de ficha de participação e foi elaborado pela Prof<sup>a</sup> Doutora Maria Manuela Pires Rosa.

Neste parecer considera-se que a problemática da conservação dos recursos naturais, desenvolvimento urbano, transportes, energia e alterações climáticas está bem colocada no PNPOT. No entanto, considera-se também que no Programa de Acção devia ser atendida a necessidade de se definir regionalmente um sistema urbano compacto servido por transportes públicos por forma a que a morfologia urbana seja compatível com uma política sustentada de combate às alterações climáticas.

Considera-se também essencial promover a coordenação e a aprendizagem institucional que conduzam a atitudes e práticas consonantes com a sustentabilidade.

#### **3.4.2. Universidade de Aveiro**

O parecer da Universidade de Aveiro (UA), subscrito pelos relatores Prof. Doutores Artur Rosa Pires e Eduardo Anselmo Castro, começa por sublinhar a elevada qualidade do PNPOT. Refere também o facto de, através do processo de preparação, ter havido um envolvimento de múltiplos sectores da administração pública e a disponibilização em larga escala, via Internet, de muitos elementos de reflexão e de caracterização do território e da sociedade portuguesa que não seria fácil obter de um outro modo.

A UA refere também que o PNPOT ajuda a criar um quadro mobilizador de mais conhecimento e facilitador da sua integração, nomeadamente através das instituições de investigação e ensino que não estiveram muito envolvidas na fase de preparação do PNPOT.

De um ponto de vista de maior detalhe, o parecer da UA menciona aspectos que não constam da proposta do PNPOT e que, portanto, considera uma lacuna, nomeadamente:

- A ausência de uma análise crítica da própria “actividade” de OT, tal como ela tem vindo a ser exercida em Portugal, uma vez que considera fundamental reconsiderar o desempenho do próprio sistema de planeamento;
- A não identificação de parcerias estratégicas entre organismos do Estado;
- A insuficiente atenção às competências (profissionais e institucionais) e aos instrumentos necessários para dar forma à política de ordenamento preconizada. Da mesma forma, o PNPOT deveria dar mais atenção aos canais formais de comunicação com as ideias e os debates que vão ocorrendo num espaço mais vasto que o âmbito nacional;
- A falta de uma calendarização associada ao processo de mudança do sistema de planeamento territorial, evidenciado pelo excesso de medidas e um calendário sem datas marcantes;
- Os grandes objectivos, as métricas, os protagonistas, os momentos e os mecanismos marcantes do processo de acompanhamento, avaliação, consolidação e difusão do conhecimento deveriam merecer um maior destaque no PNPOT.

Seguidamente, o parecer da UA procede a uma análise detalhada, por temáticas do PNPOT, que sucintamente se transcreve:

#### Sustentabilidade Ambiental

A UA sublinha a importância inequívoca do tema e o enorme leque de oportunidades para que se mobilizem sinergias entre as universidades e os centros de investigação, podendo estas fazer chegar às entidades responsáveis pela administração do território muito do conhecimento já disponível. A este propósito cita o caso da cartografia geoquímica do sistema rocha-solo, produzida em resultado de investigação levada a cabo na UA.

A UA considera importante que o PNPOT explicita metas e indicadores que balizem medidas relevantes, de forma a tornar possível aferir a sua eficácia, e que estabeleça orientações relativamente à avaliação ambiental de políticas e programas.

### Competitividade Territorial e Inovação

Nesta segunda temática a UA considera necessária a criação de redes regionais de suporte à inovação que combinem a oferta de recursos humanos qualificados, o sistema científico e tecnológico, as dinâmicas empresariais, as iniciativas públicas de fomento do empreendedorismo bem como as redes que permitam afirmar no mercado global as capacidades endógenas assim potenciadas. No que respeita à inovação e desenvolvimento tecnológico, será de adoptar a figura de projecto ou programa piloto a detalhar, por exemplo, nos PROT.

### Tecnologias de Informação e Comunicação

A UA considera que foi dada excessiva ênfase às TIC enquanto infra-estruturas físicas de conectividade, face ao seu importante papel como elemento integrador de actividades económicas, sociais e lúdicas, devendo por isso a abordagem às TIC ser mais abrangente. Além disso, o PNPOT deveria também ser mais explícito na definição dos instrumentos de planeamento que deveriam ser responsabilizados pelos objectivos definidos.

### Política de Cidades e Urbanismo

A nova temática sobre a política de cidades merece o aplauso da UA, considerando contudo que deverá ser definido um quadro conceptual orientador, a fim de se explicitarem linhas de actuação consensualizadas. Também uma análise crítica aplicada aos instrumentos clássicos do sistema de planeamento seria muito útil para se perspectivarem novas orientações no quadro desta política.

Uma outra questão prende-se com a temática da coesão territorial nos grandes espaços urbanos ou nos territórios da cidade-região, o que pressupõe a definição de estratégias supra-municipais e a definição de mecanismos e/ou estruturas de implementação.

### Conhecimento Científico e Cidadania

Partindo da constatação do crescente aprofundamento do conhecimento científico em planeamento do território e do envolvimento activo dos cidadãos, a UA sublinha a vantagem de segmentar os grupos-alvo no contexto da definição de uma estratégia formativa global. A abordagem eficaz desta questão exige a consideração da investigação e da formação em planeamento territorial como área estratégica de intervenção, merecedora de uma atenção significativamente superior à que lhe é concedida pelo PNPOT e a considerar em sede de Programas já existentes ou a criar.

A finalizar, o parecer da UA considera que o excessivo número de medidas faz perder a noção de “mensagens fortes”, sugerindo a articulação de objectivos estratégicos e específicos. Refere ainda a necessidade de estabelecer uma visão mobilizadora para

o modo de fazer e as funções a desempenhar pelo sistema de planeamento e ordenamento do território.

O parecer de síntese da UA foi completado com o envio, em anexo, de pareceres individuais que versam sobre questões específicas como seja a questão do desenvolvimento dos territórios rurais (parecer A, Prof.<sup>a</sup> Doutora Elisabete Figueiredo), um conjunto de questões no âmbito das Geociências (parecer B, Prof. Doutores Luís Menezes Pinheiro e José Francisco Santos), propostas específicas no domínio urbanístico, em particular relacionadas com os IGT (parecer C, Prof. Doutor Jorge Carvalho), e um conjunto de questões gerais sobre o PNPOT e os desafios que este coloca (parecer D, Prof.<sup>a</sup> Doutora Teresa Fidélis). Estas questões são apresentadas na Matriz II - Matriz de Ponderação e Encaminhamento.

### 3.4.3. Universidade de Évora

O parecer da Universidade de Évora (UE) é subscrito pelo Prof. Doutor Alexandre Cancela de Abreu, que começa por considerar o Relatório e o Programa de Acção documentos bem estruturados, objectivos, claros e sintéticos, reconhecendo o gigantesco esforço que foi desenvolvido para recolher e trabalhar uma enorme quantidade de informação.

Considera também que sendo o Relatório uma síntese notável, apresenta como principal lacuna o facto de não se debruçar sobre as regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Quanto ao Programa de Acção, existe um evidente cepticismo quanto à sua exequibilidade que se fundamenta em factores de índole cultural (mentalidades, comportamentos e hábitos arraigados e desfavoráveis, por acção ou omissão, ao ordenamento do território) e institucional (fragilidade, nomeadamente financeira, e inconsequência do Estado e da Administração Pública) e também no facto de existir alguma tensão entre a lógica dos ciclos eleitorais e a da visão de médio-longo prazo do ordenamento.

É sublinhada a importância da "Monitorização, Avaliação e Revisão do PNPOT", mas coloca-se a dúvida sobre a que nível institucional (Assembleia da República e/ou Governo) recaem as competências e como se vai fazer uso do relatório bienal de avaliação do estado do ordenamento do território, nomeadamente no que diz respeito à efectiva integração de políticas sectoriais.

De forma detalhada, são apresentadas sugestões, no que se refere aos seguintes aspectos:

- Necessidade de referências mais explícitas à fiscalização associada ao ordenamento do território e urbanismo;
- Melhorar a caracterização dos Riscos;

- No Programa de Políticas, articular os temas do Ordenamento da Silvicultura e dos Espaços Florestais com os da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e da protecção e valorização das Paisagens;
- Representar as relações matriciais entre os Objectivos Específicos do Programa de Políticas;
- Sugestões focadas em aspectos pontuais do Programa de Políticas nos objectivos específicos 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4.

O Parecer conclui com uma menção à importância que deve ter para o país a elaboração e aprovação deste Programa e com a afirmação de que, apesar das questões referidas como estando menos bem resolvidas e susceptíveis de melhoria, isso não invalida a qualidade global da proposta técnica do PNPOT que, portanto, se considera em condições para ser submetida à Assembleia da República.

#### 3.4.4. Universidade do Minho

A apreciação geral do documento feita pela Universidade do Minho (UM), subscrita pelo Prof. Doutor Rui António Rodrigues Ramos, é bastante positiva, quer quanto à estrutura do documento, quer quanto ao seu conteúdo, e em especial o conjunto de opções para o desenvolvimento do Território, as orientações do Programa de Acção e as directrizes para os IGT. No entanto, de um ponto de vista geral, a UM aponta como aspectos negativos e lacunas a suprir, os seguintes:

- Alguns problemas abordados no Relatório de forma transversal são tratados no Programa de Acção de forma sectorial;
- A integração do conteúdo do PNPOT nos IGT necessita de uma maior clarificação;
- Seria fundamental apresentar um capítulo que fizesse a integração das várias medidas;
- Seria pertinente desenvolver uma análise exaustiva da legislação em vigor e do conjunto de entidades envolvidas na gestão territorial, de forma a analisar a viabilidade de todas das medidas propostas.

Sobre o Relatório, o parecer da UM considera que:

- A análise apresentada não evidencia as relações económicas entre Portugal e Espanha;
- O tema energia e alterações climáticas evidencia algumas debilidades, não apresentando medidas que permitam mitigar os problemas identificados;
- A componente paisagem, património cultural e arquitectura não apresentam orientações para futuros planos;

- No ponto onde se apresentam “Os grandes problemas para o Ordenamento do Território”, nada é referido quanto a metodologias a adoptar para melhor implementar as medidas aí referidas;
- A perspectiva de economia regional que é dada no ponto onde se aborda o “Quadro de referência demográfico e económico” parece muito pouco consistente, pois de nenhuma forma fica garantido que as regiões e os sectores mais débeis terão capacidade para se auto-regenerarem. E os cenários apresentados apresentam um conjunto de opções de difícil alcance caso o Governo central não opte por formas de descentralização de muitas das suas políticas e medidas de gestão territorial.

A análise feita ao Programa de Acção é globalmente positiva, destacando alguns aspectos a melhorar e corrigir:

- Os prazos para concretização das medidas parecem ser muito curtos em muitas delas, pelo que se deveria ordenar as medidas pela sua importância no processo e definir uma matriz de realização de objectivos que permitisse uma calendarização mais efectiva das propostas de acordo com as prioridades previamente definidas;
- Várias medidas contidas nos objectivos específicos podem ser interrelacionáveis, pelo que a sua implementação deveria ser considerada em conjunto;
- A participação cívica e institucional só poderá ser vulgarizada se os processos de planeamento e desenvolvimento contemplarem medidas de participação mais eficazes, devendo ser previstas medidas complementares de acompanhamento associadas ao ensino e investigação.

Quanto às directrizes para os IGT considera a UM que é necessário uma revisão das actuais estruturas associadas à elaboração e gestão dos IGT, devendo caminhar-se no sentido de uma integração progressiva dos planos sectoriais e espaciais.

A finalizar, o parecer da UM sublinha o papel fundamental que terá o Observatório do Ordenamento de Território e Urbanismo no sentido de apoiar as entidades centrais envolvidas nos diversos órgãos de acompanhamento a desempenhar um papel pró-activo, para que o PNPOT seja uma realidade.

#### 3.4.5. Universidade do Porto

A Universidade do Porto, em resposta ao parecer solicitado, informou que muitos dos seus professores já haviam participado, de uma forma ou outra, na discussão do PNPOT, o que, somado à sobrecarga de trabalho de alguns deles, conduziu à não apresentação de uma apreciação geral do Programa, mas apenas de um documento

visando um aspecto particular: o das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), com base num documento preparado pelo INESC Porto.

Este documento retoma e transcreve o que no Relatório e no Programa de Acção se refere às TIC, para concluir que:

- No Relatório, a questão das novas tecnologias, da Banda Larga e das Tecnologias de Informação e Comunicação é abordada de forma transversal e sem muito relevo, não havendo qualquer referência ao termo TIC;
- No Programa de Acção, a temática está muito mais desenvolvida mas as medidas prioritárias são quase todas de natureza nacional, não existindo praticamente articulação com os PMOT. Sugerem que se deveria concretizar melhor no PNPOT e nos PROT o aproveitamento dos Instrumentos da Sociedade de Informação;
- Consideram também que não está explícita a forma como se monitoriza e avalia a execução do PNPOT no que se refere às TIC.

#### **3.4.6. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro**

O parecer da UTAD é subscrito pelo Prof. Doutor Luís Ramos, que considera o PNPOT uma proposta coerente e bem fundamentada, de grande qualidade técnica e que aponta um caminho claro para o Portugal que não queremos, embora a imagem do Portugal que queremos lhe pareça um pouco menos nítida e precisa. O Parecer atribui uma grande importância ao PNPOT e realça a qualidade, coerência e bom fundamento da Proposta. Contudo, são identificadas várias insuficiências e apresentadas algumas sugestões de melhoria:

- Aperfeiçoamento do Modelo Territorial, nomeadamente no que se refere ao Sistema Urbano e em particular à Região TMAD;
- Maior concretização dos Objectivos, Metas e Indicadores;
- Melhor clarificação da integração-coordenação das políticas sectoriais;
- Insuficiente resposta aos problemas das regiões interiores;
- Necessidade de considerar critérios de reequilíbrio territorial na racionalização da rede dos estabelecimentos de Ensino Superior, tendo em conta que as instituições de ensino superior desempenham um papel essencial na estruturação e na competitividade dos territórios, sobretudo nas regiões do interior, onde são muitas vezes os únicos motores do desenvolvimento regional.

### 3.5. Análise do Parecer do Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

No âmbito da discussão pública da proposta técnica do PNPOT, o SEOTC solicitou ao Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS)<sup>3</sup> um parecer sobre o Relatório e o Plano de Acção.

Para efeito de emissão do parecer, o CNADS constituiu um Grupo de Trabalho sob a coordenação do Conselheiro Nuno Portas, e composto pelos Conselheiros José Reis, Helena Roseta, Eugénio Sequeira e Rui Godinho, apoiados pelo secretário executivo, Aristides G. Leitão. O parecer, apresentado sob a forma de reflexão, foi aprovado por unanimidade em reunião ordinária de 12 de Julho de 2006 e enviado ao SEOTC.

O parecer do CNADS desenvolve-se em cinco capítulos dirigidos para as seguintes questões: Reforço do Carácter Estratégico do Programa, Modelo Territorial, Questões Ambientais, Desenvolvimento e Implementação do Programa, Instrumentos de Ordenamento e Gestão Territorial.

O CNADS considera que o PNPOT constitui um “avanço muito significativo (...) na articulação hierarquizada do edifício normativo do planeamento do território” e “um elemento central de oportunidade para o debate democrático”.

O parecer incide, em particular, sobre a necessidade de reforçar o carácter estratégico, transversal e territorialmente operativo do PNPOT. É dada particular importância à eficácia da acção pública, quer através do efeito cruzado dos mecanismos de intervenção disponíveis, quer pela necessidade de um entendimento menos redutor dessa intervenção (exemplo do uso dado aos IGT em geral), considerando o CNADS que estes aspectos estão entre os menos bem conseguidos no PA.

O parecer introduz diversas questões em matéria de ordenamento, urbanismo e desenvolvimento territorial, das quais se destacam:

- A ausência de propostas tendo em vista o reforço da “vertente operativa e temporizada da transversalidade”, é um problema que eventualmente ultrapassa o alcance deste Programa; o parecer orienta-se no sentido de identificar, não tanto a ausência de medidas (eventualmente em demasia), mas sobretudo a falta de “cruzamentos que valorizassem as sinergias das decisões pela conjugação de efeitos no território”, atenta a forma como foram seriadas por afinidades temáticas e não pela sua incidência territorial.

---

<sup>3</sup> O CNADS é um órgão independente, com funções consultivas, e que emite pareceres e recomendações sobre questões relativas à formulação e desenvolvimento da política de ambiente e de desenvolvimento sustentável, por sua iniciativa ou a solicitação de membros do Governo. O CNADS funciona junto do MAOTDR.

- O “défice de relacionamento matricial das medidas elencadas”, o qual “pode pôr em causa o subsequente cometimento de atribuições e competências de que o Programa é igualmente carente”.
- A aceção demasiado limitativa do modelo territorial de partida, realçando: a “quase ausência de propostas de correcção ou de intervenções prioritárias de suporte aos policentrismos”; a falta de tradução dos problemas da “desertificação física e despovoamento humano” nas prioridades do programa; e a não consideração da dimensão marítima e oceânica do território nacional, apesar da dimensão relativa da ZEE ser dezoito vezes o espaço terrestre.
- A relevância do interface água/solo no território nacional, a qual deveria ser melhor traduzida na articulação entre instrumentos de planeamento.
- A necessidade de ser dada uma maior atenção a algumas dimensões ambientais com grande incidência no ordenamento do território, como a protecção dos recursos hídricos subterrâneos, a inclusão dos riscos naturais como problemática corrente do ordenamento, as alterações climáticas e a multifuncionalidade do território que deve prevalecer nas zonas rurais.
- A necessidade de ser dada uma maior atenção aos mecanismos que permitam intervir nas formas da “urbanização dominante”, como a “gestão criteriosa do financiamento central ou central/local das infra-estruturas e serviços de uso colectivo, incluindo a salvaguarda do recurso solo e de estruturas ecológicas”.
- A ausência de propostas no sentido do “uso selectivo dos instrumentos legais e operacionais mais adequados, em função dos objectivos considerados prioritários”. O parecer critica, assim, o sentido dado à listagem apresentada no Capítulo 3 do PA, por se “limitar a enunciar disposições já legisladas, como se todas fossem igualmente importantes”, e também a tendência para se “reduzir o conceito de ‘gestão’ ao somatório dos planos, subestimando outros mecanismos mais abertos a oportunidades e parcerias de investimento” e “insistir nos instrumentos passivos ou defensivos de longa duração e elaboração, todos com carácter de regulamento administrativo (caso dos PDM, PU e PP).
- A finalizar, considera-se que a remissão das questões do sector imobiliário para a intenção de “promover mecanismos de combate à especulação fundiária” (Objectivo Estratégico 3.3.) não será suficiente.

Como sugestões de alterações na Proposta de PNPOT, destacam-se ainda as que se referem a lacunas nos Quadros I (Matriz dos Objectivos Específicos) e II (Matriz das Medidas Prioritárias), relativamente às referências aos Ministérios e ao enunciado de estratégias e programas.

O conjunto de questões suscitadas em resultado da reflexão do CNADS sobre a proposta técnica do PNPOT foram consideradas na ponderação e acolhimento expressas na Matriz II, no se refere aos temas E1, E2, E3, E4, MT1, MT2, T1, T2, T3, S1, S2, S3, S6, U1, U2, U3, o que evidencia a grande relevância e pertinência das questões suscitadas e o contributo positivo para a reformulação do texto. Em particular, destaca-se o novo enquadramento dado à parte do capítulo 3 do PA, relativa às directrizes para os instrumentos de gestão territorial, em resultado das sugestões do CNADS.

### **3.6. Matriz de Ponderação e Encaminhamento**

Com base nos resultados da análise das fichas de participação e outros documentos, incluindo os conteúdos das sessões públicas e dos Pareceres das Universidades, elaborou-se a Matriz de Ponderação e Encaminhamento (Matriz II).

A Matriz II estrutura-se em dois grandes campos de preenchimento:

- a. No primeiro, faz-se a descrição sumária das questões classificadas como B e C (ver ponto 3.2), com indicação das fichas de participação (ou outros documentos registados) em que essas questões foram focadas;
- b. No segundo, apresenta-se a síntese da ponderação feita (em termos de relevância e pertinência) e o acolhimento dado às sugestões (em termos de efeitos na estrutura final e no texto da proposta técnica do PNPOT).

Os critérios de consideração de maior ou menor relevância foram aplicados com o objectivo de situar as questões, no âmbito dos grandes problemas do ordenamento do território, a nível nacional.

A consideração da pertinência das observações está essencialmente associada ao enquadramento específico e articulação com o texto da proposta técnica, em termos da estruturação, coerência interna dos conteúdos e correspondência com o enquadramento legal.

O acolhimento dado às observações e sugestões, em termos de efeitos na estrutura final e no texto da proposta técnica do PNPOT, é expresso de uma forma descritiva e sucinta.

Matriz II - Matriz de Ponderação e Encaminhamento

Consulta Pública			Ponderação e acolhimento
Identificação e descrição das questões	Nº de Registo	Incidência	
<b>Estrutura / hierarquia / coerência interna e articulação / implementação</b>			
<b>E1</b> – Prioridade, hierarquia, selectividade e compatibilidade das Medidas; interacção de Medidas e problemas; sistematização das medidas por tipo de instrumentos de implementação (legislação, planos, outros)	98,122,123,134, 140,147,157, 190, SP-CCDRN, SP-CCDRC, SP-CCDRLVT, SP-CCDRALT, SP-CDRALG, SP-Soc, Geografia	PA	<p><b>Observações e sugestões consideradas globalmente relevantes e pertinentes</b></p> <p><b>Acolhimento: Estrutura e revisão do texto</b></p> <p>O Capítulo 2 do PA (Programa de Políticas) foi revisto e melhorado. Os Objectivos Estratégicos (6) não sofreram alterações. O n.º de Objectivos Específicos (36) manteve-se mas houve uma reformulação de alguns deles, tendo sido criado um novo (actual 2.1). Na sequência das observações feitas, procedeu-se a uma revisão das medidas e respectiva reorganização. Devido ao esforço de consolidação e síntese dos seus conteúdos, foi possível reduzir o n.º de medidas de 200 para 194, apesar de terem sido criadas algumas novas medidas. Foi elaborada uma matriz de incidência das medidas prioritárias por tipo de intervenção pública (Anexo I, PA), com indicação, para cada medida, da respectiva sequência e articulação com: <i>legislação, estratégia, planeamento, regulação, informação, coordenação, avaliação, administração, execução e incentivo</i>. Foram revistas as matrizes relativas aos domínios da acção governativa e aos instrumentos de gestão territorial (Anexos II e III, PA). Aditou-se um texto de Síntese do Âmbito, Estrutura e Conteúdo do Programa de Políticas, na parte final do capítulo 2 do PA.</p>
<b>E2</b> – Coordenação da Gestão territorial; coerência do PNPOT com outras Estratégias; valorização dos Planos de Acção Territorial; articulação com estratégias de Desenvolvimento Municipal e PDM; recursos territoriais; participação	77, 87,115, 122, 123, 124, 126,128,140,14 2,144, 146, 148, 149, 157, 158, 165, 167, 171, 185, 190, 191, SP-CCDRALT, SP-Soc, Geografia	PA	<p><b>Observações e sugestões consideradas relevantes e pertinentes</b></p> <p><b>Acolhimento: Revisão do texto</b></p> <p>No conjunto dos objectivos específicos houve a preocupação de garantir a coerência com outros quadros de referência estratégicos como sejam a ENDS, o PNACE e o PNAC. Aditou-se no final do capítulo 1 do PA um texto de síntese sobre a coerência do PNPOT com outros quadros estratégicos de referência. No capítulo 3 foi introduzido um texto específico sobre os PAT e fez-se-lhes referência nalgumas medidas. O objectivo estratégico 6 foi revisto tendo em vista melhorar a gestão territorial e assegurar uma maior e melhor participação.</p>
<b>E3</b> – PNPOT sobrevaloriza leis e planos, deveriam ser mais evidenciados outros aspectos: informação e conhecimento, incentivo, gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação	77,101,125,140, 185, SP-CCDRN, SP-CCDRC, SP-CCDRLVT, SP-CCDRALT	PA	<p><b>Observações e sugestões consideradas pertinentes</b></p> <p><b>Acolhimento: Estrutura e revisão do texto</b></p> <p>Da revisão feita ao capítulo 2 do PA, resultou um maior equilíbrio entre vários aspectos das intervenção pública, sendo valorizada a execução, coordenação e incentivo, o que está bem ilustrado através da nova matriz I do anexo ao PA.</p>

**Legenda:** R – Relatório; PA – Programa de Acção; RA – Regiões Autónomas; OE – Objectivo Específico; SP – Sessão Pública

Consulta Pública			Ponderação e acolhimento
Identificação e descrição das questões	Nº de Registo	Incidência	
<i>Estrutura / hierarquia / coerência interna e articulação / implementação (cont.)</i>			
<b>E4</b> – Cenários prospectivos e horizonte temporal do PNPOT: clarificar 2015 e 2020 vs 2025; integração de resultados da cenarização prospectiva; instrumentos operacionais e meios financeiros para executar o PNPOT	77, 56, 87, 122, 126, 129, 136, 140, 145, 148, 149, 150, 157, 158, 171, 184, 190, SP-CCDRC, SP-CCDRLVT	PA	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas relevantes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>O horizonte temporal do PNPOT é 2025, pelo que foram revistas outras referências temporais. Alguns aspectos de cenarização prospectiva foram integrados na análise. O QREN e o PEN – Programa Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural, ambos com o horizonte temporal 2007-2013, deverão contribuir para a implementação do PNPOT cujas medidas têm também como horizonte temporal máximo de implementação o ano de 2013. Na sequência da aprovação do PNPOT os Orçamentos de Estado deverão considerar os recursos necessários ao cumprimento dos compromissos assumidos no PA do PNPOT.</p>
<b>E5</b> – Indicadores e metas	39, 123, 126, 140, 149, 171, 184	PA	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas relevantes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão de texto</u></b></p> <p>No final do capítulo 3 do PA, explicita-se a forma e o calendário adoptados para a definição de um sistema de indicadores de acompanhamento e monitorização do PNPOT que deverá articular-se com os sistemas de indicadores da ENDS e do QREN.</p>
<b>E6</b> – Implementação do PNPOT	126, 145, 147, 157, 158, SP-CCDRN, SP-CCDRC, SP-CCDRLVT, SP-CCDRALG, SP-Soc. Geografia	PA	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas relevantes e pertinentes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>Desenvolveu-se a parte final do capítulo 3 do PA, explicitando melhor como garantir a implementação eficaz do PNPOT, tendo também em conta os aspectos operacionais e aqueles que resultam da coordenação da acção governativa.</p>

**Legenda:** R – Relatório; PA – Programa de Acção; RA – Regiões Autónomas; OE – Objectivo Específico; SP – Sessão Pública

Consulta Pública			Ponderação e acolhimento
Identificação e descrição das questões	Nº de Registo	Incidência	
<i>Modelo territorial / cartografia / sistema urbano / policentrismo / articulação urbano-rural</i>			
<b>MT1</b> – Incluir cartografia das Regiões Autónomas; completar carta de riscos; completar bacias hidrográficas internacionais incluindo Espanha; rever conceitos (sistema urbano); rever Sistema Urbano e acessibilidades; rever representação de áreas críticas e intermédias	80, 85, 87, 105, 111, 119, 123, 124, 126, 128, 129, 132, 140, 142, 145, 146, 148, 149, 150, 157, 158, 159, 167, 105, SP-CCDRN, SP-CCDRC, SP-CCDRLVT, SP-Soc. Geografia	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas relevantes e pertinentes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Estrutura, cartografia e revisão do texto</u></b></p> <p>Foi exaustivamente revisto, acrescentado e melhorado o texto e incluída nova cartografia temática das RA dos Açores e da Madeira; foi incluído um mapa com as bacias hidrográficas ibéricas; foi melhorada a carta de riscos, com base na informação disponível em tempo útil; foi revista a legenda do modelo territorial; foi revisto o sistema de acessibilidades; deixou de figurar a representação de áreas críticas e intermédias no modelo territorial de síntese.</p>
<b>MT2</b> – Policentrismo insuficientemente concretizado; Política de Cidades; visão mais integrada do desenvolvimento urbano e rural	56, 105, 118, 122, 124, 126, 130, 135, 140, 144, 155, 158, 167, 173, 192, SP-CCDRN, SP-CCDRC, SP-CCDRALT, SP-CCDRALG, SP-Soc. Geografia	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas relevantes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>As medidas visando um desenvolvimento urbano mais compacto e policêntrico figuram no OE 3.3 do PA. As principais medidas que consubstanciam a política de cidades figuram, em particular nos OE 2.3, 3.1, 4.3. As questões do desenvolvimento urbano e rural foram reformuladas, do que resultou uma melhor afirmação da articulação rural-urbano quer no texto final dessas medidas quer de outras que integram o PA, bem como na redacção dos capítulos 3 e 4 do Relatório e no enunciado dos 24 principais Problemas para o Ordenamento do Território.</p>
<b>MT3</b> – Lista dos problemas para o ordenamento do território	81, 111, 119, 128, 157, SP-CCDRN, SP-CCDRC, SP-CCDRALT	<b>R</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas pertinentes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>Na listagem dos Problemas para o Ordenamento do Território o bloco <i>Desenvolvimento Urbano</i> passou a designar-se por <i>Desenvolvimento Urbano e Rural</i>, tendo sido introduzidos ajustamentos pontuais na caracterização de alguns dos problemas.</p>

**Legenda:** R – Relatório; PA – Programa de Acção; RA – Regiões Autónomas; OE – Objectivo Específico; SP – Sessão Pública

Consulta Pública			Ponderação e acolhimento
Identificação e descrição das questões	Nº de Registo	Incidência	
<i>Questões Regionais</i>			
<b>R1</b> – Regiões Autónomas: tratamento mais desenvolvido	126, 128, 159, 166, 169, 184, 188	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas muito relevantes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Estrutura, cartografia e revisão do texto</u></b></p> <p>Na sequência do processo de discussão pública, o PNPOT passou a integrar a temática das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, exhaustivamente ao longo de todo o texto do Relatório (em particular no Cap.3) e do Programa de Acção, em coerência e consonância com o desenvolvimento e forma de abordagem de Portugal Continental. Foi incluída nova cartografia temática e de síntese. Foi acrescentado um novo Objectivo Específico (OE 2.1), respeitante ao papel estratégico das RA, e exhaustivamente reformulados e adaptados os textos do Relatório e das medidas específicas do PA.</p>
<b>R2</b> – Região Norte	119, 149, 166, 184, SP-CCDRN	<b>R</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas globalmente muito relevantes e pertinentes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>O capítulo 3 de Relatório foi significativamente melhorado, relativamente ao contexto e opções estratégicas regionais, para as Regiões Autónomas e para as cinco regiões continentais, em função das observações e sugestões feitas, acolhendo-se muitos contributos das CCDR, CM, AM, associações, universidades e outras entidades, para além de particulares interessados no desenvolvimento das suas regiões. Foram igualmente revistos e melhorados os textos do capítulo 4 do Relatório e de diversas medidas do PA, em função destas preocupações.</p>
<b>R3</b> – Região Centro	28, 166, 171, 172, SP-CCDRC		
<b>R4</b> – Região de Lisboa e Vale do Tejo	129, 139, 142, 144, 157, 159, SP-CCDRLVT		
<b>R5</b> – Região Alentejo	52, 56, 71, 73, 78, 106, 108, 109, 118, 122, 130, 166, 167, 173, SP-CCDRALT		
<b>R6</b> – Região Algarve	123, SP-CCDRAG		

**Legenda:** **R** – Relatório; **PA** – Programa de Acção; **RA** – Regiões Autónomas; **OE** – Objectivo Específico; **SP** – Sessão Pública

Consulta Pública			Ponderação e acolhimento
Identificação e descrição das questões	Nº de Registo	Incidência	
<b>Conteúdos / tratamento transversal</b>			
<b>T1</b> – Água – solo – recursos naturais	63, 66,85, 118, 120, 123, 126, 127, 129, 130, 140, 148, 157, 158, 167, 180, 193, SP-CCDRLVT, SP-CCDRALT, SP-Soc. Geog.	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas relevantes e pertinentes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>Foram reescritos diversos parágrafos no Relatório, de forma a integrar no seu conteúdo uma abordagem mais integradora dos recursos naturais, em particular do solo e da água. No Cap.2 do Relatório, foi substancialmente alterada a redacção dos pontos relativos aos recursos hídricos e foi adicionada uma carta das Bacias Hidrográficas Internacionais (Portugal-Espanha). No Programa de Acção, algumas medidas foram igualmente reformuladas com este objectivo de reforço da abordagem transversal.</p>
<b>T2</b> – Interior, rural e baixa densidade: declínio e marginalização	77, 56, 77, 85, 115, 118, 119, 120, 122, 123, 126, 130, 134, 136, 140, 144, 146, 148, 149, 157, 158, 159, 167, 173, 184, 191, SP-CCDRN, SP-CCDRC, SP-CCDRALT, SP-CCDRALG, SP-Soc. Geog.	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas relevantes e pertinentes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>As questões relativas à relação entre o urbano e rural, às áreas menos povoadas do interior e às necessidades específicas das mesmas foram objecto de aprofundamento ao longo de todo o Relatório, em particular na identificação dos principais Problemas para o Ordenamento do Território e na redacção dos Capítulos 3 e 4. Foi também dado maior relevo ao desenvolvimento rural no Programa de Acção, tendo sido aditadas e reformuladas algumas das medidas nesse sentido.</p>
<b>T3</b> – Riscos e vulnerabilidades	99, 126, 127, 129, 135, 140, 148, 180, 191, 193, SP-CCDRLVT, SP-Soc. Geog.	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas relevantes e pertinentes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto e cartografia.</u></b></p> <p>A temática dos riscos foi central em diversas observações e pareceres recebidos durante a discussão pública; as sugestões feitas foram consideradas e significativamente acolhidas através de uma melhor apresentação dos conteúdos deste capítulo, em particular no Mapa que é apresentado no final do Relatório e no Cap.1 do PA. Neste Mapa foi incluído o risco de incêndio (com base na ocorrência para um determinado período), elaborado pela DGRF, mantendo-se a anterior informação sobre diversos riscos e vulnerabilidades do território.</p>

**Legenda:** R – Relatório; PA – Programa de Acção; RA – Regiões Autónomas; OE – Objectivo Específico; SP – Sessão Pública

Consulta Pública			Ponderação e acolhimento
Identificação e descrição das questões	Nº de Registo	Incidência	
<i>Conteúdos sectoriais / aprofundamento</i>			
<b>S1</b> – Mar	126, 128, 140, 159, SP-CCDRLVT SP-Soc. Geografia	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas muito relevantes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>No Capítulo 1 do Relatório, reformularam-se alguns parágrafos, de forma a realçar a importância deste tema; foi igualmente considerada a Estratégia Nacional para o Mar, quanto à síntese dos seus objectivos, que reverteu, quando oportuno, para uma melhoria do texto. No PA foram reformulados alguns parágrafos respeitantes ao mar e zonas costeiras, tendo sido colmatadas diversas lacunas e melhorados os textos de enquadramento de algumas medidas, em particular no OE 1.7.</p>
<b>S2</b> – Estuários e gestão da zona costeira	126, 127, 129, 133, 140,193	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas relevantes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Estrutura e revisão do texto</u></b></p> <p>O tema dos estuários foi objecto de reformulação de alguns parágrafos no Relatório e no Programa de Acção, incluindo a formulação de uma nova medida (Medida 5, OE 1.6).</p>
<b>S3</b> – Gestão sustentável dos espaços florestais e de outras áreas em risco de abandono	85, 93, 114, 126, 128,130, 140, 148, 191	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas relevantes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>Foram reformuladas as redacções de alguns parágrafos do Relatório, em particular no Capítulo 3. No PA foram reformuladas diversas medidas com incidência no sector florestal, na sequência das sugestões e observações feitas, designadamente pelo MADRP-DGRF. Foi considerada a Estratégia Nacional para as Florestas, no sentido de articular os objectivos do OT com futuras acções neste sector.</p>
<b>S4</b> – Turismo	79, 80, 105,108, 123, 124, 126, 130, 133, 139, 166, 173, SP-CCDRLVT	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas pertinentes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>As observações e sugestões feitas para este sector, designadamente pelo MEI-SET foram acolhidas e traduziram-se em reformulações pontuais do texto do Relatório e das medidas do PA em que incidiam.</p>

**Legenda:** R – Relatório; PA – Programa de Acção; RA – Regiões Autónomas; OE – Objectivo Específico; SP – Sessão Pública

Consulta Pública			
Identificação e descrição das questões	Nº de Registo	Incidência	Ponderação e acolhimento
<b>S5</b> – Património cultural e arquitectónico	105, 131, 159,	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas pertinentes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>As sugestões de alteração e aprofundamento deste aspecto traduziram-se em reformulações pontuais de texto, no Relatório e no PA.</p>
<b>S6</b> – Energia e alterações climáticas	85,114,118,126,140,147,158,165	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas relevantes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>Os aspectos relativos à energia e alterações climáticas mereceram uma atenção particular, tanto no Capítulo 2 do Relatório, como no PA (OE 1.9), entre outras reformulações, melhorando a integração e transversalidade do tratamento destes temas.</p>
<b>S7</b> – Opções e lacunas em matéria de acessibilidades, transportes e logística	56, 104, 105, 111, 118, 119, 128, 129, 137, 139, 167, 172, 173, 184, SP-CCDRN, SP-CCDRLVT, SP-CCDRALT SP-Soc. Geografia	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas pertinentes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>Foram actualizados alguns aspectos do Relatório, em função das propostas recebidas; foram também ajustados alguns elementos do modelo territorial no referente às acessibilidades (3ª Travessia do Tejo em Lisboa, prolongamento da linha ferroviária de alta velocidade Porto - Vigo, plataformas logísticas).</p>
<b>S8</b> – Mobilidade de pessoas com necessidades especiais	137, 157, 165, 167	<b>PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas pertinentes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>As sugestões feitas neste domínio mereceram a maior atenção e traduziram-se em alterações exaustivas ao longo de todo o texto das medidas do PA.</p>
<b>S9</b> – TIC e ordenamento do território	141, 150, 185 SP-Soc. Geografia	<b>R e PA</b>	<p><b><u>Observações e sugestões consideradas pertinentes</u></b></p> <p><b><u>Acolhimento: Revisão do texto</u></b></p> <p>Foram introduzidas alterações pontuais no Relatório e feitos alguns ajustamentos nas medidas do OE 5.</p>

**Legenda:** R – Relatório; PA – Programa de Acção; RA – Regiões Autónomas; OE – Objectivo Específico; SP – Sessão Pública

Consulta Pública			Ponderação e acolhimento
Identificação e descrição das questões	Nº de Registo	Incidência	
<b>Questões urbanísticas</b>			
<b>U1</b> – Combate mais efectivo à especulação fundiária e à expansão urbana desordenada. Instrumentos fiscais e regulamentares	28, 97, 103, 126, 128, 135, 140, 144, 146, 159, 190	<b>PA</b>	<p><b>Observações e sugestões consideradas muito relevantes e pertinentes</b></p> <p><b>Acolhimento: Revisão e aditamento do texto</b></p> <p>A expansão urbana desordenada é reconhecida no Relatório como um dos 24 problemas do ordenamento do território em Portugal. Consequentemente, a contenção da expansão urbana e a actuação sobre as áreas de povoamento disperso constituem orientações claras que constam dos objectivos estratégicos e das medidas do PA. As questões suscitadas foram acolhidas em várias alterações ao texto das medidas do Objectivo Específico 3.3 e na Matriz 1 do Anexo 1 do PA</p>
<b>U2</b> – Reforma do sistema fiscal e financeiro do urbanismo e do sistema de financiamento das autarquias locais	77, 126, 128, 136, 140, 142, 144, 146, 157, 159, 190	<b>PA</b>	<p><b>Observações e sugestões consideradas relevantes e pertinentes</b></p> <p><b>Acolhimento: Revisão e aditamento do texto</b></p> <p>A nova Lei das Finanças Locais aguarda promulgação.</p> <p>As observações e sugestões foram acolhidas no âmbito das medidas dos Objectivos Específicos 3.1 e 3.3 e são abrangidas por uma das medidas legislativas previstas na Matriz 1 do Anexo 1 do PA.</p>
<b>U3</b> – Planeamento e urbanismo	103, 125, 126, 128, 135, 136, 140, 142, 146, 159, 190, 192	<b>PA</b>	<p><b>Observações e sugestões consideradas pertinentes</b></p> <p><b>Acolhimento: Revisão do texto</b></p> <p>O capítulo 3 do PA foi substancialmente reformulado na parte que respeita aos Instrumentos de Gestão Territorial. Foram introduzidas novas medidas e reformulado o texto de outras no Objectivo Estratégico 3.</p>
<b>Conformidade legal</b>			
<b>L1</b> – Desconformidade do PNPOT com o RJGT, DL 380/99, artigos 27º-29º (Objectivos e conteúdo do PNPOT) e com a RCM n.º 76/2002, números 11-14	126, 136, 146, 190,	<b>PA</b>	<p><b>Observações e sugestões consideradas relevantes</b></p> <p><b>Acolhimento: Aditamento do texto</b></p> <p>Foram incorporados no texto os contributos dos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, passando desse modo o PNPOT a tratar o todo nacional. Foi considerada a articulação da política de OT e Ambiente (final do Cap. 1 do PA) Foi considerada a afectação de meios de financiamento do QREN. Em matéria urbanística foi reformulado o OE 3.3 e o capítulo 3 do PA, com inclusão de um ponto referente aos PAT e outros sobre as sequências das acções de natureza legislativa e administrativa.</p>

**Legenda:** R – Relatório; PA – Programa de Acção; RA – Regiões Autónomas; OE – Objectivo Específico; SP – Sessão Pública

#### 4. Síntese e conclusões

##### 4.1. Matriz de Ponderação Final

A Matriz III apresenta a síntese do apuramento e ponderação das observações e sugestões contidas nos 189 documentos de participação.

Matriz III - Ponderação Final

Registo e Identificação N.º Registo Nome		Tipo de observações e sugestões <sup>4</sup>			Ponderação
		A	B	C	
<b>Particulares</b>					
1	Guilherme de Sá *				n.a.
2	João Bento			•	PA
3	Helena Roseta *				n.a.
4	Carlos Ferreira *				n.a.
5	José Carlos Ferreira *				n.a.
6	João Daniel Luís *				n.a.
7	Nuno Carlos Silva *				n.a.
8	Arnaldo de Carvalho Machado *				n.a.
9	Albino Neves *				n.a.
10	Maria Ferreira *				n.a.
11	Sérgio Tomás Resão *				n.a.
12	C. Monteiro				n.a.
13	Luís dos Santos *				n.a.
14	Duarte *				n.a.
15	Ramiro Matos *				n.a.
16	João Oliveira *				n.a.
17	Felisbela Rodrigues *				n.a.
18	Domingos Guedes Santos				n.a.
19	Tiago Cristóvão *				n.a.
20	Nuno Salsinha *				n.a.
21	João Verde	•	•		PA
22	Pedro Gonçalves *				n.a.
23	Miguel		•		NA
24	Manuel Cerveira Pinto *				n.a.
25	João Duarte *				n.a.
26	Ana Roxo			•	PA

**Legenda:** **A** – Aceite; **PA** – Parcialmente Aceite; **NA** – Não Aceite; **n.a.** – não aplicável

\* Fichas sem observações ou sugestões

<sup>4</sup> **Sugestões tipo A:** correcções de vocabulário, alterações e melhoramentos pontuais, globalmente acolhidas no texto; **Sugestões tipo B:** observações e sugestões que exigiram análise de conteúdo e cruzamento com outros documentos de estratégia; **Sugestões tipo C:** questões de fundo, omissões, lacunas e alegadas insuficiências da proposta técnica do PNPOT.

Registo e Identificação		Tipo de observações e sugestões <sup>4</sup>			Ponderação
		A	B	C	
N.º Registo	Nome				
27	Vitor Melo *				n.a.
28	José Rio Fernandes		•	•	PA
30	João Duarte *				n.a.
31	Marco Pereira *				n.a.
32	João Pernes				n.a.
33	Pedro Dimas*				n.a.
34	Teresa Fidélis			•	PA
35	Duarte Carreira *				n.a.
37	S. Loureiro *				n.a.
38	Celine Caetano *				n.a.
39	Rita Carmona		•	•	PA
40	Nuno Coelho *				n.a.
41	Lara Mendes		•		PA
42	Leonel Monteiro *				n.a.
43	Francisco Amador *				n.a.
44	Victor Louroza *				n.a.
46	José Manuel Bastos *				n.a.
47	Eduardo Corte Real *				n.a.
48	Paula Gonçalves				n.a.
49	Rui Alves *				n.a.
50	David Ferreira *				n.a.
51	Paulo Diogo *				n.a.
52	Paulo Barral		•		n.a.
53	Maria Graça Almeida *				n.a.
54	João Belard Correia			•	PA
55	Carlos Luna *				n.a.
57	António Sousa Marques *				n.a.
58	António Valente				n.a.
59	Bernardo Campos Correia		•		NA
61	Luís Santos Silvestre				n.a.
62	Fernando Costa Almeida				n.a.
64	Luís Moreira *				n.a.
67	Paulo Fonseca		•		PA
68	Catarina Abel			•	PA
69	Mário Baptista		•		n.a.
70	Isabel Ramos *				n.a.
72	José Coutinho		•		PA
76	Leonor Batalha	•	•		PA
77	Rui Amares Alves		•	•	PA
79	Isabel de Deus			•	PA
81	João Carlos Seixas		•	•	PA

**Legenda:** A – Aceite; PA – Parcialmente Aceite; NA – Não Aceite; n.a. – não aplicável

\* Fichas sem observações ou sugestões

Registo e Identificação		Tipo de observações e sugestões <sup>4</sup>			Ponderação
		A	B	C	
N.º Registo	Nome				
82	Miguel Coutinho		•	•	PA
84	Miguel Ramalho				n.a.
86	Luís Avelar		•		PA
89	António Campos				n.a.
91	Francisco Silva	•	•		PA
92	Rosa Branco		•	•	PA
95	Mário de Azevedo			•	PA
96	Custódio Neiva Antunes		•		PA
97	Virgínia Almeida, J. C. Almeida, João Rabaça		•	•	PA
100	José Freitas *				n.a.
102	José Ganhão Jaca				n.a.
103	Jorge Carvalho		•	•	PA
107	Carlos Cupeto		•		PA
111	Fernando Lopes		•		PA
112	Filomena Silva				n.a.
113	Júlio Ferreira e Silva		•		PA
116	Pedro Barros		•		PA
117	Luís Grave e Margarida Afonso			•	PA
121	Constantino Menino		•		NA
128	Manuel Costa Lobo			•	PA
135	Alexandre Tavares e João Rebelo			•	PA
141	Anselmo de Castro, Teresa Sá Marques, Gonçalo Santinha		•		PA
151	António Góis Nóbrega				n.a.
154	Nuno Manique				n.a.
155	Paulo Santos Silva		•	•	PA
156	João Espinho		•		PA
160	José Carlos Viana			•	PA
161	Frederico Lucas				n.a.
162	Jorge Novelo				n.a.
163	João Maciel			•	PA
164	José Guinote		•		PA
170	Sérgio Alves Caetano				n.a.
174	José Bacelo *				n.a.
175	Manuel Margarido Tão		•		PA
177	Ricardo Alves Barbosa *				n.a.
178	Rui Ribeiro Dias *				n.a.
181	João Cameira				n.a.
182	Rui Florentino		•	•	PA
183	Sílvia Santos Cabrita			•	PA
184	Paulo Pinho			•	PA

**Legenda:** A – Aceite; PA – Parcialmente Aceite; NA – Não Aceite; n.a. – não aplicável

\* Fichas sem observações ou sugestões

Registo e Identificação		Tipo de observações e sugestões <sup>4</sup>			Ponderação
		A	B	C	
N.º Registo	Nome				
187	Jorge Moura		•		PA
189	Vasco Feijão		•	•	PA
193	Margarida Cardoso da Silva e Outros (DHA)			•	PA
<b>Câmaras Municipais</b>					
29	CM Torres Vedras		•		NA
45	CM Loures	•			A
56	CM Moura		•	•	PA
60	CM Batalha		•		PA
65	CM Elvas		•		PA
73	CM Barrancos			•	PA
80	CM Albufeira		•		PA
90	CM Golegã			•	PA
98	CM Trofa				n.a.
105	CM Coimbra		•	•	PA
106	CM Sines / Francisco do Ó Pacheco		•	•	PA
109	CM Cuba		•		PA
110	CM Estarreja			•	PA
118	CM Beja		•	•	PA
123	CM Loulé		•	•	PA
124	CM Sesimbra		•		PA
152	CM Santo Tirso		•	•	PA
153	CM Vila Nova de Cerveira		•	•	PA
159	CM Sintra	•	•		PA
171	CM Montemor-o-Velho		•		n.a.
186	CM Figueira da Foz	•	•		PA
192	CM Vila Nova de Famalicão		•	•	PA
<b>Assembleias Municipais</b>					
139	AM Lisboa	•	•		PA
158	AM Arouca		•		PA
172	AM Figueira da Foz - PPD/PSD		•		PA
173	AM Serpa		•	•	PA
<b>Comunidades Urbanas e Grandes Áreas Metropolitanas</b>					
129	CULT – Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo	•	•	•	PA
157	Grande Área Metropolitana de Lisboa		•	•	PA
<b>Associações de Municípios</b>					
122	AM Distrito de Évora		•	•	PA
130	AMBAAL - AM Baixo Alentejo e Alentejo Litoral / BAAL 21	•	•	•	PA
167	AM Norte Alentejano		•		PA
<b>CCDR</b>					
119	CCDRN	•	•	•	PA
142	CCDR-LVT		•	•	PA

Legenda: **A** – Aceite; **PA** – Parcialmente Aceite; **NA** – Não Aceite; **n.a.** – não aplicável

Registo e Identificação		Tipo de observações e sugestões <sup>4</sup>			Ponderação
		A	B	C	
N.º Registo	Nome				
<b>Organismos e Serviços Públicos das Regiões Autónomas</b>					
169	Região Autónoma da Madeira	•	•	•	A
188	Região Autónoma dos Açores	•	•	•	A
<b>Organismos e Serviços Públicos da Administração Central</b>					
120	DGRF / Comissão Nacional de Coordenação do PANCD				n.a.
127	Instituto da Água	•	•	•	PA
131	IPA - Instituto Português de Arqueologia	•			A
132	INETI - Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação	•			A
134	MADRP	•	•	•	PA
136	IGAOT	•	•		A
137	S.N. Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência	•			A
140	CNADS	•	•	•	PA
191	DGRF	•	•		PA
<b>Gabinetes Governamentais</b>					
138	Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde	•			A
166	Gabinete do Secretário de Estado do Turismo/DGT	•	•		A
<b>Universidades</b>					
101	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias		•		PA
125	Universidade de Aveiro	•	•	•	PA
147	Universidade do Minho		•	•	PA
148	Universidade de Évora		•	•	PA
149	UTAD		•	•	PA
150	Universidade do Porto		•		PA
165	Universidade do Algarve		•	•	PA
<b>Partidos Políticos</b>					
144	"Os Verdes" PEV			•	PA
<b>Associações</b>					
36	Região de Turismo da Serra da Estrela		•	•	PA
63	PROGEO – A. E. Conservação do Património Geológico	•	•		PA
66	ANIET – A.N. Indústria Extractiva e Transformadora		•	•	PA
74	Associação Portuguesa de Geólogos		•		PA
83	FEPICOP – F.P. Indústria da Construção e Obras Públicas		•	•	PA
85	CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal		•	•	PA
87	A.P. Geógrafos			•	PA

**Legenda:** A – Aceite; PA – Parcialmente Aceite; NA – Não Aceite; n.a. – não aplicável

Registo e Identificação		Tipo de observações e sugestões <sup>4</sup>			Ponderação
		A	B	C	
N.º Registo	Nome				
94	OPRUB – Ofícios do Património e da Reabilitação Urbana			•	PA
99	APEQ – Associação Portuguesa de Empresas Químicas	•	•	•	PA
108	Associação Regional de Turismo do Alentejo		•	•	PA
114	CELPA – Associação de Indústria Papeleira	•	•	•	PA
115	ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local		•	•	PA
126	GEOTA / LPN		•	•	PA
133	CTP – Confederação do Turismo Português		•	•	PA
145	QUERCUS		•	•	PA
146	A. Urbanistas Portugueses / O. Arquitectos / O. Engenheiros		•	•	PA
168	Associação dos Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa		•		NA
179	Associação de Moradores do Alto do Lagoal e Vale da Terrugem			•	NA
180	Colégio Nacional de Engenharia Geológicas e de Minas da O.E.	•	•		PA
190	Ad Urbem		•	•	PA
<b>Empresas</b>					
78	EDAB – Aeroporto de Beja S.A.		•		A
88	TTerra, Lda.			•	PA
93	Grupo Portucel Soprocel		•	•	PA
104	NAER – Novo Aeroporto, S.A.			•	NA
176	RDPE – Desenvolvimento de Projectos Empresariais, S.A.			•	PA
185	INTELI – Inteligência em Inovação, Centro de Inovação			•	PA

**Legenda:** A – Aceite; PA – Parcialmente Aceite; NA – Não Aceite; n.a. – não aplicável

#### 4.2. Matriz de Acolhimento

Na Matriz IV, apresentam-se as alterações introduzidas na estrutura e no texto da Proposta Técnica do PNPOT, em resultado da ponderação das observações e sugestões do tipo B e C.

A Matriz tem uma dupla entrada, a partir dos temas focados e da identificação concreta dos capítulos do Relatório e do Programa de Acção em que houve alterações. Essas alterações abrangem conteúdos, reestruturação de matrizes, medidas e objectivos e cartografia.

**Matriz IV – Acolhimento das observações e sugestões correspondentes às alterações no Relatório e no Programa de Acção**

TEMA	RELATÓRIO				PROGRAMA DE ACÇÃO	
	Cap.1	Cap.2	Cap.3	Cap.4	Cap.1	Cap.2
<b>Regiões (Continente)</b>			<p><b>Parágrafos:</b> 1, 54, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 81, 82, 84</p> <p><b>Caixas:</b> R. Norte: p.88-89; R. Noroeste: p.90; R. Minho-Lima: 93; R. Centro: 96; R. Centro Lit: 97; RLVT: p.104-105; AML: p.107; Oeste e Vale do Tejo: p.109-110; R. Alentejo: p.114-115; R. Algarve: p.119</p>	<p><b>Parágrafos:</b> 1, 2, 5, 12, 22, 23, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39</p>	<p><b>Parágrafos:</b> 2</p>	
<b>Regiões Autónomas (Açores e Madeira)</b>	<p><b>Parágrafos:</b> 11, 12, 52</p>	<p><b>Parágrafos:</b> 4, 5, 29, 30, 46,47,61, 62,82,83, 108, 109, 126, 127, 143, 144, 157, 158, 187, 188, 205, 242</p> <p><b>Caixa (24 Problemas OT):</b> p.86</p>	<p><b>Parágrafos:</b> 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109</p> <p><b>Caixas:</b> RAA: p.122 RAM: p.125</p>	<p><b>Parágrafos:</b> 1, 30, 52, 53, 60</p>	<p><b>Cap.0:</b> <b>Parágrafos:</b> 2</p> <p><b>Cap.1:</b> <b>Parágrafos:</b> 6, 7, 17, 18</p> <p><b>Caixa (24 Problemas OT):</b> p.4</p>	<p><b>Objectivos Específicos:</b> 1.2, 1.4, 1.5, 1.7, 1.11, 2.2, 2.6, 3.3, 4.2, 6.4, 2.1 (novo)</p>
	<p><b>Alteração de cartografia:</b> Fig.7</p>	<p><b>Nova Cartografia:</b> Figs: 31, 32, 5</p>		<p><b>Nova Cartografia:</b> Figs: 49, 50</p>	<p><b>Nova Cartografia:</b> Figs: 3, 4</p>	
<b>Modelo Territorial</b>				<p><b>Parágrafos:</b> 56, 57, 59, 67</p> <p><b>Caixas:</b> p.133, 135, 136</p> <p><b>Quadro:</b> p.139</p>	<p><b>Parágrafos:</b> 14, 16</p>	
		<p><b>Alteração de cartografia:</b> Fig. 29</p>		<p><b>Alteração de cartografia:</b> Figs: 47, 51, 52, 53</p>	<p><b>Alteração de cartografia:</b> Figs. 1 e 5</p>	
<b>Riscos</b>				<p><b>Parágrafos:</b> 55, 56, 57, 58, 59, 60</p>		<p><b>Objectivos Específicos:</b> 1.11</p>
				<p><b>Alteração de cartografia:</b> Fig.47</p>	<p><b>Alteração de cartografia:</b> Fig.1</p>	

TEMA	RELATÓRIO				PROGRAMA DE ACÇÃO	
	Cap.1	Cap.2	Cap.3	Cap.4	Cap.1	Cap.2
Articulação rural-urbano		Caixa (24 Problemas OT): p.86 R. Alentejo: pp.111-115		Parágrafos: 1,2,33,39 Caixa: p.136	Parágrafos: 3,14 Caixa (24 Problemas OT): p.4 Caixa: p.6 Quadro: p.7	
Desenvolvimento rural		Caixa (24 Problemas OT): p.86 R. Alentejo: pp.111-115		Parágrafos: 1,2,33,39,67 Caixa: p.136	Caixa (24 Problemas OT): p.4	Objectivos Específicos: 1.3, 1.10, 3.4
Mar	Parágrafos: 10, 13	Parágrafos: 3			Parágrafos: 2	Objectivos Específicos: 1.7
Zona costeira e Estuários		Parágrafos: 59, 71, 72	Caixas: R. Algarve: p.119			Objectivos Específicos: 1.1, 1.6
Relações de fronteira Portugal-Espanha	Parágrafos: 33, 39, 40, 41, 42, 43					
	Nova Cartografia: Fig 16					
Alterações climáticas e Energia				Parágrafos: 5		Objectivo Específico: 1.9
Ambiente e Recursos Naturais		Caixa (24 Problemas OT): p.86	Parágrafos: 81 Caixas: R. Norte: p.88-89 R. Centro: p.95-96 R. Centro Lit.: p.97		Caixa (24 Problemas OT): p.4	Objectivos Específicos: 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.8
Recursos hídricos	Parágrafos: 43	Parágrafos: 33, 49, 53, 56, 66 Caixa (24 Problemas OT): p.86			Caixa (24 Problemas OT): p.4	Objectivos Específicos: 1.1, 1.5, 1.6,
	Nova Cartografia: Fig. 16					
Geologia		Parágrafos: 88, 89, 90	Parágrafos: 81 Caixas: R. Alentejo: p.114-115			Objectivos Específicos: 1.1, 1.3, 1.8, 1.10, 1.11
Património		Parágrafo: 245	Caixas: R. Noroeste: p.90			Objectivos Específicos: 1.10

TEMA	RELATÓRIO				PROGRAMA DE ACÇÃO	
	Cap.1	Cap.2	Cap.3	Cap.4	Cap.1	Cap.2
Turismo		Parágrafos: 4	Caixas: R. Alentejo: p.114-115 R. Algarve: p.119	Caixas: p.135 Quadro: p.139	Quadro: p.7	Objectivos Específicos: 2.6
Acessibilidades e mobilidade		Parágrafos: 199	Caixas: R. Norte: p.88-89; RLVT: p.104-105; R. Alentejo: p.114-115	Parágrafos: 37	Parágrafos: 14 Quadro: p.7	Objectivos Específicos: 2.2., 2.4, 3.2, 3.3, 4.8
Urbanismo e Política de Cidades			Parágrafos: 84 Caixas: R. Alentejo: p.114-115; R. Algarve: p.119	Parágrafos: 23, 33, 37		Objectivos Específicos: 2.3, 2.5, 3.1, 3.3
Coesão social				Parágrafos: 1, 2, 32, 33, 34, 38		Objectivos Específicos: 2.5, 4.4
Habitação e Reabilitação urbana						Objectivos Específicos: 2.5, 4.3
Segurança rodoviária						Objectivos Específicos: 4.8
Saúde e necessidades especiais						Objectivos Específicos: 4.1, 4.2, 4.4 e 4.5
Justiça						Objectivos Específicos: 4.9
TIC						Objectivos Específicos: 2.3, 5.2
Participação, conhecimento e responsabilização para o OT						Objectivos Específicos: 4.1, 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4
Estrutura da proposta e articulação com instrumentos de política pública					Cap.0: Parágrafos: 4, 5 e 6 Cap.1: Parágrafos: 21, 22, 23, 24	Parágrafos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
Directrizes para os IGT	<p><u>Relação entre PNPOT e IGT:</u> parágrafos 2, 12, 13 - <b>Cap.3 do PA;</b> <u>Orientações para elaboração de IGT:</u> parágrafos 15,16 (Planos Sectoriais); 19, 20 (PEOT); 30 (PROT); 31, 33 (PIOT), 35, 36 (PMOT); 37, 38, 39, 40 (PAT) - <b>Cap.3 do PA;</b></p> <p><u>Accões de natureza legal e administrativa:</u> parágrafos 41 - <b>Cap.3 do PA;</b> <u>Acompanhamento, avaliação e revisão do PNPOT:</u> parágrafos 42,43,44,45,46,47,48 - <b>Cap.3 do PA.</b></p>					

### 4.3. Balanço global do processo e considerações finais

Foi feito um esforço significativo no sentido de se criarem condições objectivas para que a discussão pública fosse participada, de modo a permitir recolher opiniões diversificadas do maior número de entidades e de cidadãos em geral.

Este esforço teve como eixo central a criação e a gestão da página *web* do PNPOT associada à imagem "Território Portugal".

Atenta a natureza complexa e o âmbito nacional das questões tratadas desenvolveram-se ferramentas de suporte à consulta e interpretação do PNPOT, de que é exemplo a possibilidade de navegação temática criada na página *web*.

A extensa divulgação e a realização das sessões públicas, bem como a articulação das iniciativas de outras entidades, constituíram factores importantes para que o nível de participação pudesse atingir patamares significativos em termos quantitativos e qualitativos.

Os resultados do apuramento e ponderação, pela sua natureza e conteúdo, são susceptíveis de contribuir significativamente para uma melhoria da proposta técnica do PNPOT em quatro aspectos:

- a) Melhor coerência e rigor de análise na apresentação dos diversos Capítulos;
- b) Desenvolvimento dos aspectos relativos às especificidades das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- c) Tratamento mais aprofundado de aspectos específicos, de que podem ser exemplos as questões da dimensão atlântica e do mar, da articulação rural-urbano, dos recursos naturais água-solo, das florestas, do desenvolvimento rural e do enriquecimento da cartografia (nomeadamente das Regiões Autónomas), entre outros;
- d) Maior transversalidade na abordagem dos problemas de Ordenamento do Território ao longo dos textos do Relatório e do Programa de Acção, procurando-se articular e integrar outros aspectos que estavam omissos, como sejam o cruzamento com outras acções e estratégias nacionais, e explicitando melhor como garantir a implementação do PNPOT, tendo em conta aspectos operacionais.

O balanço final dos resultados da ponderação da discussão pública da proposta técnica PNPOT pode, por isso, ser sintetizado nos seguintes pontos:

- Considerando todas as observações e sugestões recebidas, a participação nas sessões públicas e os pareceres das Universidades, a apreciação da proposta técnica do PNPOT é, regra geral, positiva ou muito positiva. Por outro lado, as críticas feitas são, também, maioritariamente construtivas e contribuíram, directa ou indirectamente, para uma melhoria muito significativa dos textos em apreciação;

- De um ponto de vista quantitativo, foram visitadas 153 893 páginas web, contabilizaram-se 189 documentos, várias centenas de pessoas participaram nas sessões públicas, e seis universidades enviaram pareceres ao abrigo da legislação em vigor;
- De um ponto de vista qualitativo, constatou-se uma enorme diversidade de conteúdos que tornou mais profícua a discussão pública, e de que são exemplos:
  - Documentos de uma notável densidade e profundidade de análise suportada em sólidos conhecimentos científicos e técnicos na área do Ordenamento do Território e do Urbanismo;
  - Documentos de carácter sectorial ou regional contendo observações e sugestões muito precisas e concretas sobre temas e aspectos específicos do Relatório e do Programa de Acção (recursos naturais, transportes e acessibilidades e turismo, por exemplo);
  - Documentos de carácter geral ou generalista, sem uma preocupação expressa de propor alterações, mas cujas observações foram sempre tidas em conta na ponderação final;
  - Documentos sem observações e sugestões, por vezes expressando algum cepticismo sobre a possibilidade de implementar um Programa tão ambicioso e complexo.
- A diversidade temática é outro dos aspectos que merece ser realçado. Alguns temas surgem de forma recorrente e emergem como preocupações fortes, evidenciando algumas debilidades da proposta técnica apresentada para discussão pública, dos quais se destacam: a deficiente consideração do todo nacional (pouco desenvolvimento das especificidades das Regiões Autónomas), as questões do desenvolvimento rural, a visão estratégica para além das fronteiras continentais (ou dito de outra forma, as questões do mar e das relações Portugal - Espanha), os recursos naturais, a insuficiente especificação ou parametrização de normas e referências em matéria de urbanismo e de instrumentos de gestão territorial, o deficit de mecanismos que garantam a implementação do PNPOT, e também a qualificação dos recursos humanos e a insuficiente focagem na participação;
- Reportando-nos directamente ao Relatório, foi nos capítulos 3 e 4 que incidiu o maior número de observações e sugestões, designadamente as opções estratégicas regionais, a carta de riscos e o modelo territorial. No Programa de Acção, destacam-se os Objectivos Estratégicos 1, 3 e 4 (Programa das Políticas) e o capítulo 3 (Directrizes para os IGT).

Cerca de 60% do total dos documentos de participação mereceu acolhimento total ou parcial, ainda que, neste último caso, a parte das observações e sugestões que mereceram acolhimento possa variar substancialmente (Cf. Matriz III).

Para finalizar, importa realçar dois aspectos.

O primeiro diz respeito às dúvidas suscitadas, antes e durante a discussão pública, sobre a conformidade do conteúdo material e documental do PNPOT com o estabelecido nos diplomas legais pertinentes, isto é, o Decreto Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, e a Lei de Bases n.º 48/98, de 11 de Agosto, que o enquadra. Tais dúvidas foram objecto de cuidada ponderação e esclarecimento por parte da DGOTDU em vários momentos do processo de elaboração da proposta de PNPOT e foram considerados com igual atenção no âmbito da preparação da proposta final resultante da ponderação dos resultados da discussão pública.

Neste sentido, merecem destaque as seguintes melhorias e aditamentos introduzidos na proposta de Relatório e Programa de Acção do PNPOT aprovada pelo Governo para apresentação à Assembleia da República:

- Acolhimento dos contributos dos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, equilibrando assim as abordagens das componentes continental e insular do território português e consolidando dessa forma o carácter nacional do PNPOT;
- Clarificação e calendarização dos compromissos governativos assumidos e dos correspondentes instrumentos de concretização, mercê de uma apresentação melhorada do Programa das Políticas (capítulo 2 do Programa de Acção do PNPOT) e dos respectivos Anexos;
- Consideração da articulação com o QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional e com o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PEN), quer por razões de coerência estratégica quer para assegurar os meios de financiamento do Programa de Políticas;
- Reforço das medidas visando orientações sobre o controlo e disciplina da construção, evitando o consumo de solo rural para fins urbanos (OE 3.3);
- Integração de um texto sobre as condições de realização dos Programas de Acção Territorial (PAT) e outro sobre a sequência de Acções de natureza legislativa e administrativa (cap.3 do PA);
- Identificação das sequências legislativas para o conjunto de medidas de índole urbanística (Matriz I, anexa ao PA).

O segundo aspecto tem a ver com a clarificação das condições de execução, acompanhamento, avaliação e revisão do PNPOT, depois de aprovado pela Assembleia da República, e justificou um tratamento específico no final do Programa de Acção do PNPOT.

A Lei Orgânica do MAOTDR, já aprovada pelo Decreto-Lei nº 207/2006, de 27 de Outubro, prevê a criação de condições para garantir a adequada execução, acompanhamento e avaliação da política de ordenamento do território e urbanismo, sendo que, para apoiar a prossecução deste desiderato, será criado o Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo, assegurando a DGOTDU o seu funcionamento.

## **ANEXO I - Modelo de Ficha de Participação**



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DAS CIDADES  
DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO

## FICHA DE PARTICIPAÇÃO NA DISCUSSÃO PÚBLICA DA PROPOSTA TÉCNICA DE PNPOT

Use este meio para fazer chegar as suas observações e sugestões à Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano durante o período de discussão pública, que tem início a 17 de Maio e termina a 9 de Agosto de 2006.

A utilização da [Ficha de Participação](#) facilitará a ponderação da sua opinião e o tratamento dos resultados da discussão pública.

Siga as [Instruções de Preenchimento](#).

**PARTICIPE !**



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DAS CIDADES  
DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO

FICHA DE PARTICIPAÇÃO NA DISCUSSÃO PÚBLICA DA PROPOSTA TÉCNICA DE PNPOT



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DAS CIDADES  
DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO

**MAIO 2006**



## INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

***Ao seguir estas recomendações está a ajudar-nos a tomar em consideração a sua opinião e a contribuir para um melhor e mais rápido apuramento dos resultados da discussão pública.***

Leia antes de começar a preencher

- ✚ Certifique-se de que está a utilizar como referência o texto fidedigno da Proposta Técnica de Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território que foi aprovada para efeitos de discussão pública pelo Conselho de Ministros em 16 de Março de 2006,. O documento está disponível em [www.territoriportugal.pt](http://www.territoriportugal.pt). Pode descarregar o documento para o seu computador e imprimi-lo.
- ✚ A ficha de participação está organizada de acordo com a estrutura do documento (não foram incluídos os capítulos introdutórios ou de síntese). As observações e sugestões devem ser referidas aos capítulos e sub-capítulos, conforme indicado na Ficha.
- ✚ A Ficha de Participação pode ser preenchida:
  - Em linha, directamente nesta página web. Neste caso, a Ficha de Participação pode ser preenchida em várias sessões. Ao escolher a opção “interromper sessão de preenchimento” ser-lhe-á pedida uma palavra chave e ser-lhe-á fornecido um número de código. Para reiniciar o preenchimento, introduza o número de código e a palavra chave. Quando terminar o preenchimento clique na caixa “copiar e enviar”;
  - No ficheiro que pode descarregar para o seu computador (a partir desta página web). Se for esta a sua opção, deve seguidamente enviar a Ficha preenchida por correio electrónico para o endereço [participe@territoriportugal.pt](mailto:participe@territoriportugal.pt);
  - Manualmente, numa cópia em papel que pode imprimir a partir desta página web. Se for esta a sua opção, deve seguidamente enviar a Ficha preenchida pelo correio, para um dos endereços postais abaixo indicados.
  - Manualmente, numa cópia em papel que pode obter num dos locais de exposição pública do PNPT abaixo indicados. Se for esta a sua opção, pode entregar a Ficha preenchida à entidade junto da qual obteve a cópia, ou enviá-la pelo correio para um dos endereços postais abaixo indicados.
- ✚ **A Ficha de Participação pode ser preenchida na totalidade ou em parte.**
- ✚ A sua apreciação de cada um dos capítulos e sub-capítulos do documento é registada numa escala quantitativa, em que (- 2) corresponde a uma avaliação fortemente negativa e (+ 2) a uma avaliação muito positiva. Assinale a célula que corresponde à sua avaliação, clicando com o rato (no caso do preenchimento sobre suporte electrónico) ou colocando uma cruz (no caso do preenchimento sobre cópia em papel).



MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DAS CIDADES  
DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO

## INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

- + A sua apreciação de cada um dos capítulos pode também ser objecto de um registo qualitativo, através da inclusão de observações e sugestões nas caixas de texto previstas para o efeito.
- + Nas caixas de texto indica-se um número máximo de 200 palavras. Se pretender ultrapassar esse limite, solicitamos-lhe que: (i) escreva na ficha uma síntese das suas observações e sugestões, e (ii) envie o texto completo com a sua opinião sobre o capítulo em questão para o endereço electrónico [participe@territorioportugal.pt](mailto:participe@territorioportugal.pt) ou para um dos endereços postais abaixo indicados.



## INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

**Durante o período de discussão pública, que decorre de 17 de Maio a 9 de Agosto de 2006, os interessados poderão consultar os documentos, obter esclarecimento e enviar as suas observações e sugestões, na forma escrita, através do preenchimento da Ficha de Participação, para as moradas postais e os endereços *web* abaixo mencionados:**

### No Continente:

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, sita no campo Grande, 50, em Lisboa, ou no respectivo endereço *web* [www.dgotdu.pt](http://www.dgotdu.pt);

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, sita na Rua Rainha D. Estefânia, 251, no Porto, ou no respectivo endereço *web* [www.ccdr-n.pt](http://www.ccdr-n.pt);

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, sita na Rua Bernardim Ribeiro, 80, em Coimbra, ou no respectivo endereço *web* [www.ccr-c.pt](http://www.ccr-c.pt);

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, sita na Rua da Artilharia Um, 33, em Lisboa, ou no respectivo endereço *web* [www.ccdr-lvt.pt](http://www.ccdr-lvt.pt);

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, sita na Estrada das Piscinas, 193, em Évora, ou no respectivo endereço *web* [www.ccdr-a.gov.pt](http://www.ccdr-a.gov.pt);

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, sita na Praça da Liberdade, 2 em Faro, ou no respectivo endereço *web* [www.ccdr-alg.pt](http://www.ccdr-alg.pt);

### Na Região Autónoma dos Açores:

Direcção Regional de Estudos e Planeamento, sita no Caminho do Meio, 58, em Angra do Heroísmo, ou no respectivo endereço *web* [www.drepa.raa.pt](http://www.drepa.raa.pt);

Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, sita na Avenida Antero de Quental, 9-C, 2.º piso, em Ponta Delgada, ou no respectivo endereço *web* <http://sram.azores.gov.pt>;

### Na Região Autónoma da Madeira:

Direcção Regional de Ordenamento do Território da Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes, sita na Rua Dr. Pestana Júnior, 6, no Funchal, ou no respectivo endereço *web* [www.sres.pt](http://www.sres.pt).



















Número	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<i>Nº de entrada na DGOTDU</i>	<i>Cod Adm</i>	<i>Nº de entrada no organismo receptor</i>	<i>Dia</i>	<i>Mês</i>	<i>A preencher pelos serviços</i>

## REGISTO DE OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES

### C.3.5 REGIÃO ALGARVE

Posicione-se na escala seguinte, segundo a sua apreciação deste subcapítulo, sobre as opções, contexto e orientações estratégicas para a Região Algarve.

Avaliação negativa	<input type="text" value="-2"/>	<input type="text" value="-1"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="+1"/>	<input type="text" value="+2"/>	Avaliação positiva
	Sem opinião					<input type="text" value="9"/>

### C.4. PORTUGAL 2025: ESTRATÉGIA E MODELO TERRITORIAL

Posicione-se na escala seguinte, segundo a sua apreciação do teor geral do capítulo "Portugal 2025: Estratégia e Modelo Territorial".

Avaliação negativa	<input type="text" value="-2"/>	<input type="text" value="-1"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="+1"/>	<input type="text" value="+2"/>	Avaliação positiva
	Sem opinião					<input type="text" value="9"/>

**Comentário:** (Usando no máximo 200 palavras, justifique a sua avaliação, salientando em particular, a estratégia, modelo territorial e alcance temporal apresentados neste capítulo).

#### C.4.1. O QUADRO DE REFERÊNCIA DEMOGRÁFICO E ECONÓMICO

Posicione-se na escala seguinte, segundo a sua apreciação deste subcapítulo, sobre o Quadro de Referência Demográfico e Económico para um novo Modelo Territorial.

Avaliação negativa	<input type="text" value="-2"/>	<input type="text" value="-1"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="+1"/>	<input type="text" value="+2"/>	Avaliação positiva
	Sem opinião					<input type="text" value="9"/>

#### C.4.2. O PAÍS QUE QUEREMOS: UM DESAFIO PARA O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Posicione-se na escala seguinte, segundo a sua apreciação deste subcapítulo, sobre os desafios para o ordenamento do território visando um novo Modelo Territorial.

Avaliação negativa	<input type="text" value="-2"/>	<input type="text" value="-1"/>	<input type="text" value="0"/>	<input type="text" value="+1"/>	<input type="text" value="+2"/>	Avaliação positiva
	Sem opinião					<input type="text" value="9"/>









MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
SECRETARIA DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DAS CIDADES  
DIRECÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número	<i>Nº de entrada na DGOTDU</i>	<i>Cod Adm</i>	<i>Nº de entrada no organismo receptor</i>	<i>Dia</i>	<i>Mês</i>	<i>A preencher pelos serviços</i>
--------	------------------------------------	--------------------	--	------------	------------	---------------------------------------

## REGISTO DE OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES

**Comentário:** (Usando no máximo 200 palavras, justifique a sua apreciação a este Objectivo Estratégico, bem como aos respectivos objectivos específicos e medidas prioritárias).

**OBRIGADA PELAS SUAS OBSERVAÇÕES E SUGESTÕES**

## ANEXO II - Programas das sessões públicas

**SESSÃO DE DISCUSSÃO PÚBLICA**  
**DO PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**  
**25 DE MAIO**  
**CCDR NORTE**  
**PORTO**

**PROGRAMA**

25 de Maio | Quinta-Feira

14.30	<b>SESSÃO DE ABERTURA</b> Ricardo Magalhães   Vice-Presidente da CCDR-N Vitor Campos   Director Geral da DGOTDU
15.00	<b>Apresentação do PNPOT</b> Jorge Gaspar   Coordenador do PNPOT
15.45	<i>Pausa para café</i>
16.00	<b>Intervenções</b> Manuel Carvalho   Jornal Público Rio Fernandes   Faculdade de Letras da Universidade do Porto Luís Ramos   Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro António Babo   Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
17.30	<b>Sessão de Encerramento</b> João Ferrão   Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

**SESSÃO DE DISCUSSÃO PÚBLICA**  
**DO PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**  
**1 DE JUNHO**  
**CCDR LVT - CCB, SALA CALEMPLOY - BELÉM**  
**LISBOA**

**PROGRAMA**

1 de Junho | Quinta-Feira

14.30	<b>SESSÃO DE ABERTURA</b> António Fonseca Ferreira   Presidente da CCDR LVT Vítor Campos   Director Geral da DGOTDU
15.00	<b>Apresentação do PNPOT</b> Jorge Gaspar   Coordenador do PNPOT
15.30	<b>Mesa Redonda e Debate: PNPOT e a RLVT</b> Moderadora: Fernanda do Carmo   Vice-Presidente da CCDR LVT Paulo Madruga   Professor do ISEG Isabel Guerra   Professora do ISCTE Orlando Borges   Presidente do INAG António Gonçalves Henriques   Membro da Equipa de Projecto da ENDS
16.45	<i>Pausa para café</i>
17.00	Nuno Portas   Professor Jubilado da Universidade do Porto
17.30	<b>Sessão de Encerramento</b> João Ferrão   Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

**SESSÃO DE DISCUSSÃO PÚBLICA**  
**DO PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**  
**14 DE JUNHO**  
**CCDR ALGARVE**  
**FARO**

**PROGRAMA**

**14 de Junho | Quinta-feira**

14.30	<b>SESSÃO DE ABERTURA</b> José Campos Correia - Presidente da CCDR Algarve Vitor Campos - Director-Geral da DGOTDU Prof. Doutor Francisco Nunes Correia - Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território
14.45	<b>Apresentação e Debate</b> Moderador - Mário Antunes (Jornalista da RDP) Jorge Gaspar - Coordenador da equipa PNPOT Vitor Neto - Presidente do NERA Elidérico Viegas - Presidente da AEHTA Fernando Pessoa - Professor da Universidade do Algarve Porfírio Maia - Arquitecto Debate
16.15	<i>Pausa</i>
16.30	Debate (Continuação)
17.30	<b>Sessão de Encerramento</b> João Ferrão - Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

**SESSÃO DE DISCUSSÃO PÚBLICA**  
**DO PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**  
**22 DE JUNHO**  
**CCDR CENTRO**  
**COIMBRA**

**PROGRAMA**

22 de Junho | Quinta-Feira

14.30	<b>SESSÃO DE ABERTURA</b> Alfredo Marques   Presidente da CCDR-Centro Vitor Campos   Director-Geral da DGOTDU
14.45	<b>Apresentação do PNPOT</b>
15.00	<b>Intervenções</b> Moderador - Fernando Paulouro Neves   Jornal do Fundão Jorge Gaspar   Coordenador do PNPOT José Reis   Universidade de Coimbra Manuel Queiró   Universidade de Coimbra Teresa Fidélis   Universidade de Aveiro
15.30	<b>Debate</b>
16.15	<b>Pausa para café</b>
16.30	<b>Debate (continuação)</b>
17.30	<b>Sessão de Encerramento</b> João Ferrão   Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

**SESSÃO DE DISCUSSÃO PÚBLICA**  
**DO PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**  
**10 DE JULHO**  
**CCDR ALENTEJO**  
**ÉVORA**

**PROGRAMA**

**10 DE JULHO | SEGUNDA-FEIRA**

14.30	<b>SESSÃO DE ABERTURA</b> Maria Leal Monteiro   Presidente da CCDR-Alentejo Vítor Campos   Director-Geral da DGOTDU
15.00	<b>Apresentação do PNPOT</b>
15.10	<b>Mesa Redonda e Debate</b> Moderador - Luís Rego   Jornalista da SIC Jorge Gaspar   Coordenador do PNPOT José Maria Pós-de-Mina   Presidente da Câmara Municipal de Moura, representante dos autarcas da região José Roquete   Empresário Alexandre Cancela d'Abreu   Universidade de Évora Debate Pausa para café Debate (continuação) <b>Sessão de Encerramento</b> João Ferrão   Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

**ANEXO III - Estrutura e Índices do Relatório e Programa de Acção  
(Proposta de PNPOT - Versão Discussão Pública)**

## **ESTRUTURA**

---

### **RELATÓRIO**

---

0. INTRODUÇÃO

1. PORTUGAL NO MUNDO

2. ORGANIZAÇÃO, TENDÊNCIAS E DESEMPENHO DO TERRITÓRIO

3. REGIÕES: CONTEXTO E OPÇÕES ESTRATÉGICAS

4. PORTUGAL 2025: ESTRATÉGIA E MODELO TERRITORIAL

---

### **PROGRAMA DE ACÇÃO**

---

0. INTRODUÇÃO

1. ORIENTAÇÕES GERAIS

2. PROGRAMA DAS POLÍTICAS

3. DIRECTRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

# ÍNDICE DO RELATÓRIO

<b>0. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
Um país mais ordenado	1
O ordenamento do território em Portugal	1
O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	3
<b>1. PORTUGAL NO MUNDO</b>	<b>7</b>
Desenvolvimento humano e competitividade económica internacional	7
Especificidade e afirmação de Portugal no Mundo	9
Portugal na União Europeia	13
Portugal na Península Ibérica	20
<b>2. ORGANIZAÇÃO, TENDÊNCIAS E DESEMPENHO DO TERRITÓRIO</b>	<b>27</b>
Portugal: o Território	27
Recursos naturais e sustentabilidade ambiental	29
Uso do solo e ordenamento agrícola e florestal	42
População, povoamento e sistema urbano	49
Economia, emprego e competitividade dos territórios	54
Infra-estruturas e equipamentos colectivos	59
Paisagem, património cultural e arquitectura	68
Portugal: os grandes problemas para o ordenamento do território	74
<b>3. AS REGIÕES: CONTEXTO E ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS</b>	<b>77</b>
Região Norte	77
Região Centro	84
Região de Lisboa e Vale do Tejo	93
Região Alentejo	101
Região Algarve	106
<b>4. PORTUGAL 2025: ESTRATÉGIA E MODELO TERRITORIAL</b>	<b>111</b>
O quadro de referência demográfico e económico	111
O País que queremos: um desafio para o Ordenamento do Território	116
Modelo territorial – O novo mapa de Portugal	123

# ÍNDICE DO PROGRAMA DE ACÇÃO

<b>0. INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>1. ORIENTAÇÕES GERAIS</b>	<b>2</b>
Ambição e opções estratégicas	2
Modelo territorial	5
Objectivos estratégicos	10
<b>2. PROGRAMA DAS POLÍTICAS</b>	<b>11</b>
OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1 – Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos	12
OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2 – Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global	26
OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3 – Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais	33
OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4 – Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social	39
OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5 – Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública	50
OBJECTIVO ESTRATÉGICO 6 – Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições	53
<b>3. DIRECTRIZES PARA OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL</b>	<b>59</b>
Introdução	59
Relação entre o PNPOT e os outros Instrumentos de Gestão Territorial	59
Orientações para a elaboração dos Instrumentos de Gestão Territorial	61
Monitorização, avaliação e revisão do PNPOT	71